



Demonstrações financeiras consolidadas

30 de junho de 2013

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

ÍNDICE

1. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO	3
1.1 Resultados do 1º semestre de 2013	3
1.2 RAB médio e investimento	5
1.3 Principais acontecimentos do 1º semestre de 2013	6
1.4 Principais riscos e incertezas para o 2º semestre de 2013	7
1.5 Demonstrações dos resultados e do rendimento integral para o período intercalar entre 1 de abril e 30 de junho de 2013 e 2012	8
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	11
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013	16
1 INFORMAÇÃO GERAL	16
2 BASE DE PREPARAÇÃO	21
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	21
4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	27
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS	30
6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	33
7 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	35
8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	40
9 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	42
10 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	45
11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	46
12 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	51
13 CAPITAL	51
14 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	53
15 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS	55
16 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS	57
17 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	58

18	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	59
19	RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO	59
20	OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	60
21	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	60
22	GASTOS COM PESSOAL	61
23	OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	61
24	GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS	62
25	RESULTADO POR AÇÃO	62
26	DIVIDENDOS POR AÇÃO	62
27	GARANTIAS PRESTADAS	63
28	PARTES RELACIONADAS	63
29	EVENTOS SUBSEQUENTES	66
4.	ANEXOS	68
4.1	Declaração de conformidade	68
4.2	Lista dos titulares de participações qualificadas [Alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008]	69
4.3	Valores mobiliários detidos por titulares dos órgãos sociais [Alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008]	71
4.4	Relatório de revisão limitada elaborado por auditor registado na CMVM sobre a informação semestral consolidada	74
4.5	Relatório e parecer da Comissão de Auditoria sobre informação semestral consolidada	76
4.6	Contactos	77

1. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 Resultados do 1º semestre de 2013

PRINCIPAIS INDICADORES

O EBITDA do 1º semestre de 2013 situou-se nos 259,9M€, um decréscimo de 0,7% (-1,8M€) face ao período homólogo de 2012, devido essencialmente à descida na taxa de remuneração dos ativos da eletricidade que se encontra indexada aos CDS da República Portuguesa a 5 anos.

Apesar do ligeiro aumento da dívida líquida (+1,9%) e do custo médio de financiamento (+2 b.p.), os resultados financeiros registaram uma evolução positiva (+1,4M€, +2,1%), impulsionados pelo aumento dos proveitos financeiros e dos dividendos atribuídos.

O resultado líquido apresentou um decréscimo de 9,3% face ao 1º semestre de 2012, enquanto o resultado líquido recorrente decresceu 7,2%.

O Capex registou uma redução de 21,4% (-16,0M€) face aos picos de investimento verificados nos anos anteriores. De igual forma, as transferências para exploração reduziram face ao período homólogo de 2012 em 113,6M€ (-92,9%), valor fortemente influenciado pela entrada em exploração do projeto de ampliação do terminal de Sines verificada em Junho de 2012.

Principais indicadores	1S12	1S13	Var.%
[Milhões euros]			
EBITDA	261,7	259,9	-0,7%
Resultado financeiro	-67,2	-65,7	+2,1%
Resultado líquido	70,6	64,1	-9,3%
Resultado líquido recorrente	65,0	60,3	-7,2%
Capex total	74,9	58,9	-21,4%
Transferências para Exploração ¹ (a custos históricos)	122,3	8,7	-92,9%
RAB médio (a custos de referência)	3.320,2	3.416,4	2,9%
Dívida líquida	2.452,2	2.499,4	1,9%

1. Inclui aquisições directas RAB related

RESULTADO OPERACIONAL – EBITDA

O EBITDA registou uma redução de 1,8M€ (-0,7%) em relação ao mesmo período de 2012, situando-se nos 259,9M€.

A principal causa para a evolução negativa do EBITDA foi a descida da remuneração dos ativos da eletricidade devido à redução da taxa de remuneração base de 9,76% para 8,03% (-11,9M€).

Por outro lado, a contribuir favoravelmente para a evolução do EBITDA estiveram:

- A evolução dos juros de desvios tarifários, que representaram um aumento de 4,8M€ face ao período homólogo de 2012;
- O aumento da recuperação de amortizações líquidas de subsídios ao investimento (+3,1M€, +3,6%), consistente com o aumento da base de ativos;
- A redução do OPEX em 2,3M€ (-4,2%), fruto essencialmente do esforço de redução de custos em curso na empresa.

EBITDA	1S12	1S13	Var.%
[Milhões euros]			
1) Proveitos de Ativos	243,9	233,2	-4,4%
Remuneração do RAB	142,0	130,7	-8,0%
Electricidade	98,3	86,4	-12,1%
Gás	43,7	44,3	1,4%
Remuneração Terrenos	4,8	4,0	-17,4%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,4	0,4	-1,1%
Remuneração Ativos fim-de-vida	4,0	4,2	5,5%
Diferenças de alisamento e efeito de neutralidade (gás)	-3,4	-5,8	72,3%
Recuperação Amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	87,1	90,2	3,6%
Amortização dos subsídios ao Investimento	9,0	9,6	6,4%
2) Proveitos de Opex	50,3	51,0	1,0%
3) Outros Proveitos	7,7	10,1	n.m.
Incentivos permitidos (trading)	1,6	0,9	-43,6%
Juros desvios tarifários	-3,4	1,4	-141,6%
Hedging	0,0	1,6	n.m.
Vendas e Prestações de Serviço de telecomunicações	2,6	2,9	9,8%
Serviços de Consultoria	0,0	0,8	n.m.
Outras Prestações de Serviço	0,6	0,0	-92,4%
Outros Proveitos	6,2	2,4	n.m.
4) TPE's (capitalizados no Investimento)	13,8	12,1	-12,3%
5) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	61,0	46,7	-23,5%
6) OPEX	54,1	51,8	-4,2%
Custos com Pessoal	22,9	27,8	21,8%
FSE's	23,9	18,0	-25,0%
Outros Custos Operacionais	7,3	6,1	-17,0%
7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	61,0	46,7	-23,5%
8) Provisões	-0,2	-0,1	n.m.
9) Imparidade de dívidas a receber	0,0	-5,3	n.m.
EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	261,7	259,9	-0,7%

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido do 1º semestre de 2013 situou-se nos 64,1M€, uma descida de 9,3% (-6,5M€) face ao mesmo período do ano anterior, motivado essencialmente: i) pela redução do EBITDA (-0,7%) e ii) pelo aumento dos impostos (+12,2%), justificado pelo efeito positivo no imposto sobre o rendimento verificado no 1º semestre de 2012 (-5,6M€) relativo ao reconhecimento como custo fiscal das provisões relativas ao processo Amorim Energia. Este efeito negativo foi parcialmente compensado pelo bom desempenho nos resultados financeiros da empresa, que apesar do ligeiro aumento da dívida líquida (+1,9%) e do custo médio de financiamento (subida do custo médio de 5,63% para 5,65%), registaram uma melhoria de 1,4M€, motivados pela subida dos proveitos financeiros e dos ganhos em empresas associadas.

O Resultado Líquido Recorrente (i.e. Resultado Líquido expurgado de itens não recorrentes) diminuiu 7,2% (-4,7M€). Os itens não recorrentes considerados no 1º semestre de 2013 e no mesmo período de 2012 são os seguintes:

- i) Em 2013: reversão de imparidades de dívidas a receber no valor de 5,3M€ (3,8M€ após efeito fiscal);
- ii) Em 2012: o excesso de estimativa de imposto sobre o rendimento de -5,6M€ relativo ao reconhecimento como custo fiscal das provisões para a indemnização relativa ao processo Amorim Energia.

Resultado Líquido	1S12	1S13	Var.%
[Milhões euros]			
EBITDA	261,7	259,9	-0,7%
Amortizações	97,1	100,0	3,0%
Resultados Financeiros	-67,2	-65,7	+2,1%
Imposto do Exercício	26,9	30,2	12,2%
Resultado Líquido	70,6	64,1	-9,3%
Itens não recorrentes	-5,6	-3,8	n.m.
Resultado Líquido Recorrente	65,0	60,3	-7,2%

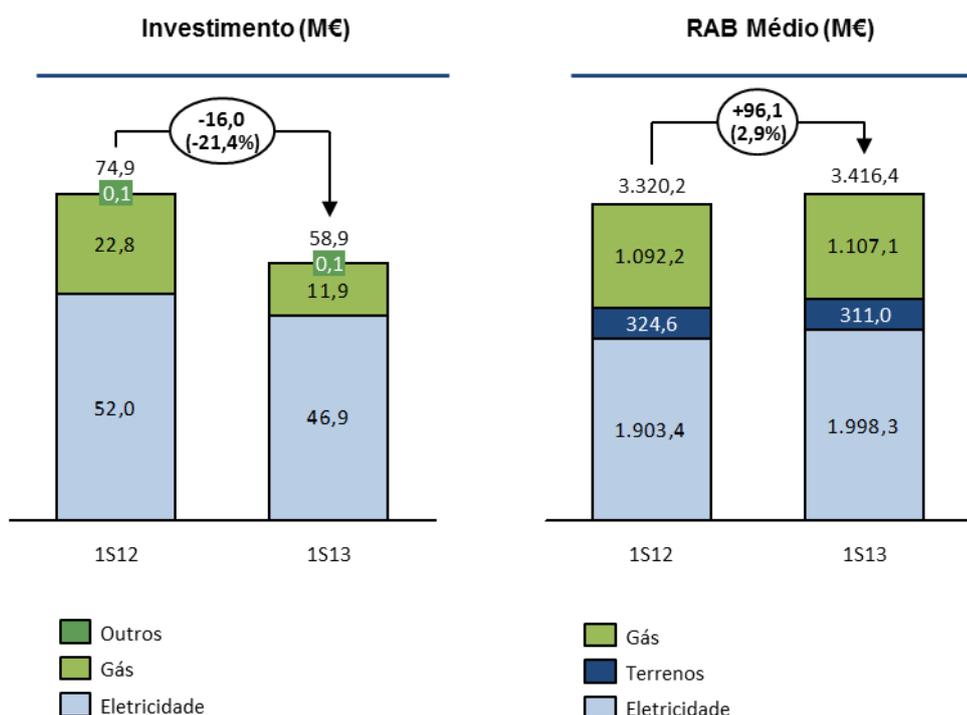
1.2 RAB médio e investimento

CAPEX E RAB MÉDIO

O Capex do 1º Semestre de 2013 registou uma diminuição de 16,0M€ (-21,4%) face ao período homólogo, dos quais -5,1M€ na eletricidade e -10,9M€ no gás, situando-se nos 58,9M€. Esta redução resulta por um lado dos picos de investimento verificados em anos anteriores, e por outro lado de algum deslizamento para o 2º semestre de projetos do segmento da eletricidade.

Seguindo a mesma tendência, as transferências para exploração diminuíram 113,6M€ (-92,9%), que se deve essencialmente à entrada em exploração em Junho de 2012 do 3º tanque do Terminal de Sines.

O RAB médio aumentou 96,1M€ (+2,9%), situando-se nos 3.416,4M€.



1.3 Principais acontecimentos do 1º semestre de 2013

- Durante o primeiro semestre de 2013, a REN prosseguiu com os seus objetivos de reforço de liquidez, diversificação das fontes financiamento e gestão de riscos financeiros. No primeiro semestre de 2013 realça-se a realização de duas emissões obrigacionistas, com montantes de 300 milhões de euros e 150 milhões de euros, com vencimento, respetivamente, em janeiro de 2018 e em janeiro de 2020, e a assinatura de um contrato de financiamento com o China Development Bank no valor de 400 milhões de euros, com vencimento em dezembro de 2021.
- No âmbito dos acordos de parceria assinados com a State Grid International Development Limited, no contexto do processo da 2.ª fase de reprivatização da REN, foi criada, em maio, a sociedade Centro de Investigação em Energia REN - State Grid, S.A., detida a 50% por cada uma das partes que visa criar as condições necessárias para o desenvolvimento da atividade de investigação no setor energético.

-
- Ainda em maio, foi criada na Holanda a REN Finance BV, que visa a prossecução das atividades internacionais da sociedade, incluindo a obtenção de fontes de financiamento adicionais e mais competitivas.
 - Em termos regulatórios, a ERSE publicou, no dia 15 de junho, os parâmetros de regulação do sector do gás natural, que vigorarão para o próximo período de regulação que se iniciou a 1 de julho de 2013.

1.4 Principais riscos e incertezas para o 2º semestre de 2013

- A conjuntura económica atual tem sido marcada por uma elevada incerteza e volatilidade nos mercados financeiros, afetando em especial a capacidade das empresas dos países “periféricos” da zona euro em acederem ao mercado de capitais. Deste contexto resultam riscos financeiros acrescidos para as empresas, em especial o risco de refinanciamento e o incremento dos “spreads” de crédito. A gestão eficiente destes riscos é o principal desafio que se coloca à gestão financeira da REN durante o segundo semestre de 2013.

1.5 Demonstrações dos resultados e do rendimento integral para o período intercalar entre 1 de abril e 30 de junho de 2013 e 2012

Em cumprimento do estabelecido na Circular de 12 de Julho de 2013 da CMVM, divulgam-se abaixo as demonstrações dos resultados e do rendimento integral para o período intercalar entre 1 de abril e 30 de junho de 2013 e 2012 (informação não auditada):

Demonstrações consolidadas dos resultados

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	01.04.2013 a 30.06.2013	01.04.2012 a 30.06.2012
Vendas	30	60
Prestações de serviços	139.757	145.837
Rendimentos de construção em ativos concessionados	38.457	49.822
Ganhos imputados de associadas e empreendimentos conjuntos	(579)	602
Outros rendimentos operacionais	6.992	5.096
Total dos rendimentos operacionais	184.658	201.418
Custo das vendas	(148)	(91)
Gastos de construção em ativos concessionados	(31.940)	(43.015)
Fornecimentos e serviços externos	(8.832)	(13.141)
Gastos com pessoal	(14.100)	(10.875)
Depreciações e amortizações do exercício	(49.995)	(48.978)
Reversões / (reforços) de provisões	82	153
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	5.296	-
Outros gastos operacionais	(2.438)	(3.527)
Total dos gastos operacionais	(102.075)	(119.475)
Resultado operacional	82.583	81.943
Gastos financeiros	(41.686)	(35.514)
Rendimentos financeiros	4.746	374
Dividendos de empresas participadas	5.377	157
Resultado financeiro	(31.563)	(34.983)
Resultado consolidado antes de impostos	51.019	46.960
Imposto sobre o rendimento	(16.037)	(10.842)
Resultado líquido consolidado do período	34.982	36.118
Atribuível a:		
Acionistas do grupo REN	34.982	36.118
Interesses não controlados	-	-
Resultado líquido consolidado do período	34.982	36.118
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	0,07	0,07

Demonstrações consolidadas do rendimento integral

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	01.04.2013 a 30.06.2013	01.04.2012 a 30.06.2012
Resultado líquido consolidado do período	31.222	36.118
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:		
Varição de reservas de cobertura - instrumentos financeiros derivados	4.915	(2.971)
Ganhos / (perdas) actuariais - valor bruto	(912)	(355)
Varição em ativos financeiros disponíveis para venda	8.574	(3.230)
Imposto sobre os itens reconhecidos diretamente no capital próprio	(964)	846
Total do rendimento consolidado integral do período	42.835	30.408
Atribuível a:		
Acionistas	42.835	30.408
Interesses não controlados	-	-
	42.835	30.408

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

30 DE JUNHO DE 2013

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações consolidadas da posição financeira em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	Notas	30.06.2013	31.12.2012
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	804	827
Goodwill		3.774	3.774
Ativos intangíveis	5	3.850.315	3.891.464
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	6	11.759	9.382
Ativos disponíveis para venda	9	147.052	131.002
Instrumentos financeiros derivados	11	-	6.853
Outros ativos financeiros	8	110.173	112.583
Clientes e outras contas a receber	10	97.148	70.451
Ativos por impostos diferidos	7	61.803	61.215
		4.282.828	4.287.552
Corrente			
Inventários		1.684	2.920
Clientes e outras contas a receber	10	255.648	310.738
Imposto sobre o rendimento a receber	7	13.746	14.318
Instrumentos financeiros derivados	11	788	416
Outros ativos financeiros	8	223.325	8.864
Caixa e equivalentes de caixa	12	156.811	61.246
		652.003	398.503
Total do Ativo	4	4.934.830	4.686.054
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	13	534.000	534.000
Ações próprias	13	(10.728)	(10.728)
Outras reservas	13	261.297	231.753
Resultados acumulados		175.742	148.671
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		64.052	123.892
Total capital próprio		1.024.362	1.027.589
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos obtidos	14	1.983.239	1.535.495
Obrigações de benefícios de reforma e outros	15	106.538	105.808
Instrumentos financeiros derivados	11	22.458	27.958
Provisões para outros riscos e encargos	16	4.801	4.801
Fornecedores e outras contas a pagar	17	386.532	360.895
Passivos por impostos diferidos	7	77.839	82.797
		2.581.407	2.117.755
Corrente			
Empréstimos obtidos	14	1.007.021	1.170.400
Provisões para outros riscos e encargos	16	2.019	2.419
Fornecedores e outras contas a pagar	17	281.568	367.081
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	37.640	-
Instrumentos financeiros derivados	11	813	811
		1.329.061	1.540.711
Total Passivo	4	3.910.468	3.658.465
Total do capital próprio e passivo		4.934.830	4.686.054

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos resultados para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	Notas	30.06.2013	30.06.2012
Vendas	4 e 18	86	146
Prestações de serviços	4 e 18	280.504	290.731
Rendimentos de construção em ativos concessionados	4 e 19	58.764	74.803
Ganhos / (perdas) de associadas e empreendimentos conjuntos	6	(533)	602
Outros rendimentos operacionais	20	14.251	10.360
Total dos rendimentos operacionais		353.072	376.642
Custo das vendas		(188)	(227)
Gastos de construção em ativos concessionados	19	(46.679)	(61.024)
Fornecimentos e serviços externos	21	(17.957)	(23.944)
Gastos com pessoal	22	(27.829)	(22.856)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(100.006)	(97.072)
Reversões / (reforços) de provisões	16	82	153
Imparidade de dívidas a receber (perdas)/reversões	10	5.296	-
Outros gastos operacionais	23	(5.866)	(7.072)
Total dos gastos operacionais		(193.147)	(212.044)
Resultado operacional		159.925	164.598
Gastos financeiros	24	(77.650)	(70.126)
Rendimentos financeiros	24	6.557	986
Dividendos de empresas participadas	9	5.377	1.983
Resultado financeiro		(65.717)	(67.157)
Resultado consolidado antes de impostos		94.209	97.441
Imposto sobre o rendimento	7	(30.157)	(26.873)
Resultado líquido consolidado do período		64.052	70.569
Atribuível a:			
Acionistas do grupo REN		64.052	70.569
Interesses não controlados		-	-
Resultado líquido consolidado do período		64.052	70.569

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	Notas	Período findo em	
		30.06.2013	30.06.2012
Resultado líquido consolidado do período		64.052	70.569
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:			
Varição de reservas de cobertura - instrumentos financeiros derivados	11	9.867	(11.702)
Ganhos / (perdas) actuariais - valor bruto		(912)	(355)
Varição de justo valor em ativos financeiros disponíveis para venda	9	16.050	2.012
Imposto sobre os itens reconhecidos diretamente no capital próprio	7	(2.163)	2.437
Total do rendimento consolidado integral do período		86.894	62.960
Atribuível a:			
Acionistas		86.894	62.960
Interesses não controlados		-	-
		86.894	62.960

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Atribuível aos acionistas								Total
		Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva justo valor (Nota 9)	Reserva cobertura (Nota 11)	Reservas livres	Resultados acumulados	Resultado período	
A 1 de janeiro de 2012		534.000	(10.728)	79.809	(14.244)	(10.503)	160.339	178.189	120.576	1.037.439
Total do rendimento integral do período		-	-	-	2.012	(9.368)	-	(252)	70.569	62.960
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	(89.590)	-	(89.590)
Aplicação de resultados		-	-	5.628	-	-	16.679	98.270	(120.576)	-
A 30 de junho de 2012		534.000	(10.728)	85.437	(12.232)	(19.871)	177.018	186.616	70.569	1.010.809
A 1 de janeiro de 2013		534.000	(10.728)	85.437	(4.093)	(26.612)	177.022	148.671	123.892	1.027.589
Total do rendimento integral do período		-	-	-	16.050	7.439	-	(647)	64.052	86.894
Distribuição de dividendos	26	-	-	-	-	-	-	(90.120)	-	(90.120)
Aplicação de resultados		-	-	6.055	-	-	-	117.838	(123.892)	-
A 30 de junho de 2013		534.000	(10.728)	91.492	11.957	(19.173)	177.022	175.742	64.052	1.024.362

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	<u>Notas</u>	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		1.167.062 a)	1.183.284 a)
Pagamentos a fornecedores		(836.646) a)	(964.095) a)
Pagamentos ao pessoal		(27.197)	(30.032)
Recebimento/(pagamento) do imposto sobre o rendimento		(56)	(446)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		<u>(50.087)</u>	<u>(74.056)</u>
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		<u>253.076</u>	<u>114.655</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Instrumentos financeiros derivados		1.790	-
Juros e rendimentos similares		2.311	966
Dividendos	9	2.371	1.073
Pagamentos respeitantes a:			
Outros ativos financeiros	8	(212.530)	-
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	6	(2.910)	-
Ativos disponíveis para venda		-	(200)
Ativos fixos tangíveis		(480)	(17)
Outros ativos intangíveis - ativos de concessão		<u>(75.771)</u>	<u>(97.102)</u>
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		<u>(285.219)</u>	<u>(95.280)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		963.151	5.278.000
Juros e rendimentos similares		8	17
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(690.007)	(5.188.688)
Juros e gastos similares		(55.455)	(35.122)
Dividendos	26	<u>(90.120)</u>	<u>(89.590)</u>
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		<u>127.578</u>	<u>(35.383)</u>
Aumento líquido / (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		95.434	(16.008)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12	61.246	68.358
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12	<u>156.680</u>	<u>52.350</u>
Detalhe da caixa e equivalentes de caixa			
Numerário	12	23	27
Descobertos bancários	12	(131)	(45.717)
Depósitos bancários	12	<u>156.788</u>	<u>98.040</u>
		<u>156.680</u>	<u>52.350</u>

a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente, e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

1 INFORMAÇÃO GERAL

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN” ou “Empresa” e conjuntamente com as suas subsidiárias designada por “Grupo” ou “ Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “*unbundling*” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “*holding*” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN - Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

- a) REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do SEP;
- b) REN Trading, S.A. constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio

Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada, junto dos distribuidores nacionais e internacionais;

c) Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no sector do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

A REN SGPS, detém a 100% a empresa REN Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

Em 10 de maio de 2013 foi constituída a REN Finance, B.V., empresa totalmente detida pela REN SGPS, com sede na Holanda, cujo objeto social é participar, financiar, colaborar e conduzir a gestão de empresas relacionadas.

Adicionalmente, em 24 de maio de 2013, em conjunto com a China Electric Power Research Institute, sociedade do Grupo State Grid foi constituído o Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”) em regime de *Joint Venture* no qual o Grupo detém 1.500.000 ações representativas de 50% do respetivo capital.

O objeto social desta sociedade visa a implementação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Portugal, dedicado à pesquisa, desenvolvimento, inovação e demonstração nas áreas de transporte de eletricidade e gestão de sistemas, a prestação de serviços de consultoria e serviços de educação e formação no âmbito destas atividades, bem como a realização de todas as atividades conexas e a prestação de serviços complementares, conexas ou acessórios ao seu objeto social.

A REN SGPS possui ainda:

a) Uma participação de 40% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (“OMIP SGPS”) que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas. Esta sociedade detém as participações no capital do OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia (Polo Português), SGMR, S.A. (“OMIP”) que assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL juntamente com a OMIClear (Câmara de compensação do Mercado Energético), uma empresa constituída e detida totalmente pelo OMIP, e cujo papel é o de câmara de compensação e de contraparte central das operações realizadas no mercado a prazo;

b) Uma participação de 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único;

-
- c) Uma participação de 1% nas empresas Enagás, S.A. e Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”);
 - d) Uma participação de 5,26% na empresa MedGrid SAS e uma participação de 7,5% na empresa Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”).

1.1. Perímetro de consolidação

As Empresas incluídas no perímetro consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e principais atividades em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Actividade	30.06.2013		31.12.2012	
		Percentagem de capital detido		Percentagem de capital detido	
		Grupo	Individual	Grupo	Individual
Empresa mãe:					
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	-	-	-	-
Subsidiárias:					
Segmento da Electricidade:					
REN - Rede Electrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100%	100%	100%	100%
REN Trading, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de electricidade e de gás natural	100%	100%	100%	100%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia eléctrica a partir das ondas do mar.	100%	100%	100%	100%
Segmento de Telecomunicações:					
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100%	100%	100%	100%
Outros segmentos:					
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back Office e gestão de participações sociais	100%	100%	100%	100%
REN Finance, B.V. Prins Bernhardplein 200, 1097 JB Amsterdam, The Netherlands	Participar, financiar, colaborar, conduzir a gestão de empresas relacionadas com o Grupo REN.	100%	100%	-	-
Segmento do Gás Natural:					
REN Atlântico , Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100%	100%	100%	100%
Detida pela REN Serviços, S.A.:					
REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12º - Lisboa	Gestão de projectos e empreendimentos no sector do gás natural	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Gás, S.A.:					
REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Desenvolvimento,manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100%	-	100%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100%	-	100%	-

A constituição da empresa REN Finance, B.V., com sede na Holanda, constitui a única alteração ao perímetro de consolidação face ao reportado em 31 de dezembro de 2012.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas semestrais

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 31 de julho de 2013. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição

financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

2 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34). As demonstrações financeiras apresentadas de forma condensada, devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de euros - mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2013. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, que as Normas Internacionais de Relato financeiro (“IFRS” - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações - SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standard Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras consolidadas, assim com as estimativas contabilísticas relevantes, são consistentes, em todos os aspetos materialmente

relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2012. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

Políticas contabilísticas adicionais adotadas durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013

Participações financeiras em empreendimentos conjuntos

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos (“joint ventures”) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. A quota parte do Grupo nos ganhos ou perdas da Joint venture é reconhecida na demonstração dos resultados como resultado operacional e a quota parte nos movimentos de reservas da joint venture, caso ocorram, é reconhecida em reservas. Os ganhos e perdas não realizados em transações com empresas conjuntamente controladas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na empresa conjuntamente controlada, por contrapartida do investimento nessa mesma entidade.

As políticas contabilísticas das joint ventures são uniformizadas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013:

- IAS 1 “Apresentação de Demonstrações Financeiras” (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2012) - Esta alteração introduz novas exigências na apresentação do rendimento integral, exigindo sempre uma segregação entre os itens referentes à demonstração dos resultados e os de capital. Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IAS 19 “Benefícios dos Empregados” (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013) - Esta revisão vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas atuariais passam a ser reconhecidos na totalidade em reservas (deixa de ser permitido o método do “corredor”); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro à responsabilidade e aos ativos do plano. A diferença entre o retorno real dos ativos do fundo e a taxa de juro única é registada como os ganhos/perdas atuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros. Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IFRIC 20 “Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto” (nova) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013) - Esta interpretação visa fornecer orientações sobre a forma como as entidades devem registar certos custos incorridos na fase de produção de uma mina a céu aberto. Não existiram quaisquer impactos decorrentes da alteração a esta norma.
- IAS 12 “Impostos sobre o rendimento” (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013) - Esta emenda fornece uma presunção de que a recuperação de propriedades de investimento mensuradas ao justo valor de acordo com a IAS 40 será realizada através da venda. Não existiram quaisquer impactos decorrentes da alteração a esta norma.

- IFRS 13 “Justo valor: mensuração e divulgação” (nova) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013) - Esta norma institui uma definição única e transversal do conceito de justo valor, estabelecendo orientações sobre o cálculo do justo valor de ativos e passivos, financeiros e não financeiros. A IFRS 13 pretende-se constituir como a principal fonte dos requisitos de mensuração e apresentação de divulgações relativas ao justo valor. Desta norma não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Divulgações” (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013) - Esta alteração vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente, informações em relação àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares. Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IFRS 1 “Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro” (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013) - Esta alteração introduz uma isenção para as entidades que operaram numa economia hiperinflacionada e adotam pela primeira vez as normas IFRS, permitindo utilizar o justo valor como custo considerado nos itens da demonstração da posição financeira de abertura no âmbito das IFRS. Acresce a substituição da referência a datas fixas pela data de transição. Desta alteração não resultou qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IFRS 1 - Emenda (subsídios governamentais) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013) - Cria uma exceção à aplicação retrospectiva dos requisitos definidos na IAS 20 para a aplicação a subsídios governamentais concedidos a taxas de juro bonificadas. Não existiram quaisquer impactos decorrentes da alteração desta norma.
- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (a aplicar em vários exercícios, usualmente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente, IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32 e IAS 34. Destas alterações não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e apenas são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

- IFRS 10 “Demonstrações financeiras consolidadas” (nova) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014) - Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 - Consolidação - Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. Da futura adoção desta norma não se estima que decorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IFRS 11 “Acordos conjuntos” (nova) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014) - Esta norma substitui a IAS 31 - Empreendimentos conjuntos e a SIC 13 - Entidades conjuntamente controladas e vem (i) alterar a definição de “acordo conjunto” enfatizando os direitos e obrigações inerentes em vez da sua forma legal; (ii) reduz dos tipos de acordos conjuntos, permanecendo os seguintes: “operações conjuntas” e “empreendimentos conjuntos”; e (iii) vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional aos “empreendimentos conjuntos”. Da futura adoção desta norma não se estima que decorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IFRS 12 “Divulgações de interesses noutras entidades” (nova) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014) - Esta norma vem aumentar o nível de exigência em matéria de divulgação para as subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas. Da futura adoção desta norma não se estima que decorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IAS 27 “Demonstrações financeiras separadas” (revisão) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014) - Esta norma foi revista na sequência da emissão da IFRS 10, contém os critérios de contabilização e divulgação das participações financeiras nas demonstrações financeiras separadas. A futura adoção desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo REN.

- IAS 28 “Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos” (revisão) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014) - A IAS 28 foi revista na sequência da emissão da IFRS 11 e IFRS 12 e estabelece o modo de aplicação do método de equivalência patrimonial nos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos. Da futura adoção desta alteração não se estima que decorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IAS 32 “Instrumentos financeiros: apresentação” (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014) - Esta alteração clarifica os requisitos para uma entidade compensar ativos e passivos financeiros na demonstração da posição financeira. Da futura adoção desta alteração não se estima que decorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Emendas (regras de transição) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014) - Emendas às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 de modo a clarificar as regras do processo de transição para as referidas normas. Da futura adoção destas normas não se estima que decorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Resumo
IFRS 9 - Instrumentos financeiros (2010)	01-Jan-15	Esta norma estabelece os requisitos para a classificação dos ativos financeiros.
IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Emendas (entidades de investimento)	01-Jan-14	Criam uma exceção para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas por entidades de investimento.
Alterações à IAS 36 - Imparidade de Ativos	01-Jan-14	Alteração das exigências de divulgação quanto à mensuração do valor recuperável de ativos e outras alterações à IAS 36 na sequência da introdução da IFRS 13 - ‘Justo valor: mensuração e divulgação’
Alteração à IAS 39 - ‘Instrumentos financeiros – Novação de derivativos e contabilidade de cobertura’	01-Jan-14	Introdução da isenção à obrigação de descontinuar a contabilidade de cobertura dos instrumentos financeiros derivativos, quando se verifique a alteração da contraparte do contrato por requisito legal e desde que estejam cumpridas determinadas condições.
IFRIC 21 – ‘Taxas do Governo’	01-Jan-14	Consiste numa interpretação à IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos. Tipifica as taxas do Governo, e os eventos que dão origem à sua responsabilidade de pagamento clarificando o momento em que estas devem ser reconhecidas.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 30 de junho de 2013.

4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócios, a Eletricidade e o Gás, e um segmento secundário, telecomunicações. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia (CAE) não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão, a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, a operação de regaseificação no terminal GNL e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços a um único utilizador, o qual é também o principal utilizador da rede de transporte de gás em alta pressão, considerou-se que as mesmas estão sujeitas aos mesmos riscos e benefícios.

O segmento das telecomunicações também é apresentado separadamente embora não se qualifique para divulgação.

A gestão dos financiamentos externos encontra-se centralizada na REN SGPS, S.A., tendo a Empresa optado pela apresentação das rubricas do ativo e do passivo separadas das eliminações efetuadas no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tal como utilizado pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os resultados por segmento para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	192.711	84.900	2.954	20.632	(20.606)	280.590
Inter-segmentos	441	292	73	19.800	(20.606)	-
Externas	192.269	84.608	2.881	831	-	280.590
Rendimentos de construção em activos concessionados	46.851	11.913	-	-	-	58.764
Gastos de construção em activos concessionados	(36.987)	(9.692)	-	-	-	(46.679)
Ganhos e perdas imputadas de associadas	-	-	-	(533)	-	(533)
Fornecimentos e serviços externos	(21.195)	(12.695)	(920)	(8.504)	25.357	(17.957)
Gastos com pessoal	(12.811)	(4.065)	(117)	(10.835)	-	(27.829)
Outros gastos e rendimentos operacionais	9.992	1.559	(9)	1.406	(4.751)	8.197
Cash flow operacional	178.561	71.920	1.908	2.165	-	254.554
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	5.377	-	5.377
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(70.370)	(29.514)	(10)	(112)	-	(100.006)
Reversões / (reforços) de provisões	82	-	-	-	-	82
Imparidade de dívidas a receber	5.296	-	-	-	-	5.296
Resultados de financiamento						
Rendimentos de financiamento	367	8.242	89	73.065	(75.205)	6.557
Gastos de financiamento	(34.469)	(18.337)	(1)	(100.048)	75.205	(77.650)
Resultado antes de impostos	79.466	32.310	1.987	(19.554)	-	94.209
Imposto sobre o rendimento	(24.954)	(9.381)	(544)	4.722	-	(30.157)
Resultado líquido do período	54.512	22.929	1.443	(14.832)	-	64.052

Os resultados por segmento para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	202.843	98.907	3.021	16.928	(30.822)	290.877
Inter-segmentos	521	13.341	396	16.565	(30.822)	-
Externas	202.323	85.566	2.624	363	-	290.877
Rendimentos de construção em activos concessionados	51.982	22.821	-	-	-	74.803
Gastos de construção em activos concessionados	(41.507)	(19.517)	-	-	-	(61.024)
Ganhos e perdas imputadas de associadas	-	-	-	602	-	602
Fornecimentos e serviços externos	(24.424)	(24.364)	(775)	(8.139)	33.758	(23.944)
Gastos com pessoal	(9.341)	(4.127)	(111)	(9.277)	-	(22.856)
Outros gastos e rendimentos operacionais	6.128	2.214	(8)	(688)	(4.586)	3.061
Cash flow operacional	185.682	75.934	2.126	(573)	(1.651)	261.518
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	1.983	-	1.983
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(68.144)	(30.489)	(10)	(81)	1.651	(97.072)
Reversões / (reforços) de provisões	153	-	-	-	-	153
Resultados de financiamento						
Rendimentos de financiamento	737	6.269	43	863	(6.927)	986
Gastos de financiamento	(39.808)	(15.147)	(1)	(67.075)	51.904	(70.126)
Resultado antes de impostos	78.620	36.567	2.159	(64.882)	44.977	97.441
Imposto sobre o rendimento	(25.875)	(10.842)	(594)	10.439	-	(26.873)
Resultado líquido do período	52.745	25.725	1.565	(54.443)	44.977	70.569

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento “Outros” refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de administração e de *back office* a entidades do Grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	521.005	-	1.321.439	(1.842.444)	-
Ativos intangíveis e tangíveis	2.621.471	1.228.883	35	730	-	3.851.119
Outros ativos	352.313	458.873	6.571	3.761.329	(3.495.375)	1.083.711
Total do ativo	2.973.785	2.208.761	6.606	5.083.498	(5.337.819)	4.934.830
Total do passivo	2.392.536	1.040.757	4.061	3.972.249	(3.499.135)	3.910.468
Total do investimento	46.852	11.913	-	106	-	58.870
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	1	-	-	106	-	106
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	46.851	11.913	-	-	-	58.764
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	11.759	-	11.759

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	538.663	-	1.390.905	(1.929.567)	-
Ativos intangíveis e tangíveis	2.645.016	1.246.494	45	736	-	3.892.291
Outros ativos	375.953	445.691	5.960	3.378.040	(3.411.881)	793.763
Total do ativo	3.020.969	2.230.849	6.005	4.769.680	(5.341.448)	4.686.054
Total do passivo	2.399.515	1.027.041	2.510	3.641.281	(3.411.881)	3.658.465
Total do investimento	155.519	45.012	-	523	-	201.054
Investimento em ativos fixos tangíveis	24	-	-	523	-	547
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão	155.494	45.012	-	-	-	200.507
Investimentos em associadas	-	-	-	9.382	-	9.382

Os passivos incluídos no segmento “Outros” correspondem, essencialmente, a financiamento externos obtidos diretamente pela REN SGPS, S.A. para financiamento das diversas atividades do Grupo REN.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo incluídas no perímetro de cada segmento, corrigidas da anulação das transações intra-segmentos.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 de janeiro de 2013			Movimentos					30 de junho de 2013		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(83)	19	-	-	-	(6)	-	103	(90)	13
Equipamento de transporte	1.170	(502)	668	101	(86)	-	(104)	86	1.185	(520)	665
Equipamento administrativo	222	(102)	120	5	(1)	-	(19)	1	226	(120)	106
Ativos fixos tangíveis em curso	20	-	20	1	-	-	-	-	21	-	21
	1.515	(688)	827	106	(86)	-	(129)	86	1.535	(730)	804
	1 de janeiro de 2013			Movimentos					30 de junho de 2013		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Amortização - exercício	Amortização - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis											
Ativos de concessão	6.563.836	(2.814.944)	3.748.892	2.133	(1.227)	6.553	(99.877)	1.190	6.571.295	(2.913.631)	3.657.664
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	142.572	-	142.572	56.632	-	(6.553)	-	-	192.651	-	192.651
	6.706.408	(2.814.944)	3.891.464	58.764	(1.227)	-	(99.877)	1.190	6.763.946	(2.913.631)	3.850.315
Total do ativo fixo tangível e intangível	6.707.923	(2.815.632)	3.892.291	58.870	(1.313)	-	(100.006)	1.276	6.765.480	(2.914.361)	3.851.119

Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012 os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis são como se segue:

	1 de janeiro de 2012			Movimentos					31 de dezembro de 2012		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates	Transferências	Depreciação do exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(71)	32	-	-	-	(13)	-	103	(83)	19
Equipamento de transporte	678	(341)	336	492	-	-	(161)	-	1.170	(502)	668
Equipamento administrativo	187	(68)	120	35	-	-	(34)	-	222	(102)	120
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	20	-	-	-	-	20	-	20
	967	(480)	488	547	-	-	(208)	-	1.515	(688)	827
	1 de janeiro de 2012			Movimentos					31 de dezembro de 2012		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações, reclassificações e abates	Transferências	Amortização - exercício	Amortização - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis:											
Ativos de concessão	6.244.879	(2.619.393)	3.625.486	9.984	(1.652)	310.626	(197.160)	1.609	6.563.836	(2.814.944)	3.748.892
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	262.675	-	262.675	190.523	-	(310.626)	-	-	142.572	-	142.572
	6.507.554	(2.619.393)	3.888.161	200.507	(1.652)	-	(197.160)	1.609	6.706.408	(2.814.944)	3.891.464
Total do ativo fixo tangível e intangível	6.508.521	(2.619.873)	3.888.649	201.054	(1.652)	-	(197.368)	1.609	6.707.923	(2.815.632)	3.892.291

As adições registadas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 no montante global de 58.870 milhares de euros referem-se essencialmente aos direitos subjacentes aos investimentos na construção/renovação e expansão das redes de transporte de eletricidade e gás natural.

As principais entradas em exploração nos períodos findos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 detalham-se como se segue:

	30.06.2013	31.12.2012
Segmento eletricidade		
Construção de linhas de 220KV	-	51.044
Construção de linha de 400 KV	-	46.135
Construção de linha de 150 KV	3.912	16.123
Subestações novas	-	8.275
Ampliação de subestações	1.719	60.941
Outras remodelações em subestações	14	4.870
Outros activos	301	8.634
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	524	4.676
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	14	2.690
Projecto de construção do terceiro tanque - terminal de Sines	69	107.238
Total das transferências	6.553	310.626

Os ativos intangíveis em curso em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são conforme se segue:

	30.06.2013	31.12.2012
Segmento eletricidade		
Projetos de linhas 150KV/220KV e 400KV	30.447	24.983
Ampliação e remodelação de subestações	57.118	42.631
Projetos de novas subestações	40.299	23.566
Telecomunicações	5.304	3.226
Outros activos em curso	167	40
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	38.312	29.530
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	20.878	18.596
Projecto de construção do terceiro tanque - terminal de Sines	125	-
Total do ativo em curso	192.651	142.572

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no período findo em 30 de junho de 2013, ascenderam a 4.225 milhares de euros (7.288 milhares de euros em 30 de junho de 2012), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 7.861 milhares de euros (6.491 milhares de euros em 30 de junho de 2012) (Nota 19).

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor líquido dos ativos intangíveis que foram financiados através de contratos de locação financeira, é como se segue:

	30.06.2013	31.12.2012
Valor bruto	3.288	3.719
Amortizações e depreciações acumuladas	<u>(2.259)</u>	<u>(2.395)</u>
Valor líquido	<u>1.029</u>	<u>1.324</u>

6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a informação financeira relativa às participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos detidas detalha-se da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Sede social	Informação financeira 30 de junho de 2013				Fração de capital detida		
			Ativo	Passivo	Rendimentos	Resultado líquido	%	Valor escriturado	Proporção no resultado
<i>Método da equivalência patrimonial:</i>									
Associada: OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	26.612	144	614	424	40	10.259	(533)
Empreendimento conjunto: Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	-	-	-	50	1.500	-
								<u>11.759</u>	<u>(533)</u>

Empresa	Atividade	Sede social	Informação financeira 31 de dezembro de 2012				Fração de capital detida		
			Ativo	Passivo	Rendimentos	Resultado líquido	%	Valor escriturado	Proporção no resultado
<i>Método da equivalência patrimonial:</i>									
Associada: OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	26.904	99	2.274	1.899	35	9.382	665

Associadas

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empresas associadas” no período findo em 30 de junho de 2013 foi o seguinte:

Participações financeiras em associadas	
A 1 de janeiro de 2013	<u>9.382</u>
Compra 5% acções OMIP SGPS (maio 2013)	1.410
Aplicação do método de equivalência patrimonial	(533)
A 30 de junho de 2013	<u>10.259</u>

Empreendimentos conjuntos

Na sequência de um acordo conjunto de parceria tecnológica entre a REN - Redes Energéticas Nacionais e a State Grid International Development (SGID), foi criado em maio de 2013 um centro de I&D, em Portugal, dedicado aos sistemas de energia denominado - Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”), controlado conjuntamente pelas duas entidades.

O referido centro de investigação pretende tornar-se uma plataforma de conhecimento internacional, catalisadora de soluções e ferramentas inovadoras, aplicadas à operação e planeamento das redes de transporte de energia.

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empreendimentos conjuntos” no período findo em 30 de junho de 2013 foi o seguinte:

Participações financeiras em empreendimentos conjuntos	
A 1 de janeiro de 2013	-
Constituição do capital	1.500
A 30 de junho de 2013	1.500

7 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A REN é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2013.

Em 2013 na sequência de uma alteração na legislação fiscal ocorrida em dezembro de 2012, em conformidade com a Lei n.º 66-B/2012, a Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 25%, que será acrescida de (1) uma Derrama Municipal de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e (2) uma Derrama Estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1.500 milhares de euros e 7.500 milhares de euros e de 5,0% aplicável sobre lucro tributável que exceda 7.500 milhares de euros, resultando numa taxa máxima agregada de aproximadamente 31,5%.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 30 de junho de 2013, foi atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação utilizando uma taxa média face às perspetivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e 2012, são detalhados como se segue:

	30.06.2013	30.06.2012
Imposto corrente	38.452	12.513
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(586)	(5.384)
Imposto diferido	(7.709)	19.744
Imposto sobre o rendimento	30.157	26.873

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme se segue:

	30.06.2013	30.06.2012
Resultado antes de impostos	94.209	97.441
Diferenças permanentes:		
Variações patrimoniais negativas	(65)	(65)
Gastos não dedutíveis	294	1.564
Rendimentos não tributáveis	157	(1.180)
Diferenças temporárias:		
Desvios tarifários	26.876	(64.537)
Provisões e imparidades	(5.295)	(627)
Reavaliações	3.338	3.629
Obrigações de benefícios de reforma e outros	(183)	(1.869)
Instrumentos financeiros derivados	(82)	(83)
Outros	-	(91)
Lucro tributável	119.247	34.182
Impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 25%	29.812	8.545
Derrama estadual sobre o lucro tributável (superior a 1,5 milhões)	6.324	2.632
Derrama - 1,5%	2.092	1.082
Tributações autónomas	225	254
Imposto corrente	38.452	12.513
Imposto diferido	(7.709)	19.744
Imposto diferido	(7.709)	19.744
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(586)	(5.384)
Gasto com impostos sobre o rendimento	30.157	26.873
Taxa efetiva de imposto	32,01%	27,58%

Imposto sobre o rendimento

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” a pagar e a receber é detalhada no quadro seguinte:

	30.06.2013	31.12.2012
<u>Imposto sobre o rendimento do exercício:</u>		
Imposto estimado	-	(18.995)
Pagamentos por conta	-	31.414
Retenções na fonte por terceiros	-	1.565
Imposto a recuperar do exercício anterior	13.746	334
Imposto a receber	13.746	14.318
Imposto estimado	38.452	-
Pagamentos por conta	(41)	-
Retenções na fonte por terceiros	(771)	-
Imposto a pagar	37.640	-

Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	30.06.2013	30.06.2012
<u>Impacto na demonstração dos resultados:</u>		
Ativos por impostos diferidos	2.752	(16.902)
Passivos por impostos diferidos	4.958	(2.841)
	7.709	(19.744)
<u>Impactos no capital próprio:</u>		
Ativos por impostos diferidos	(2.163)	2.437
	(2.163)	2.437
Impacto líquido dos impostos diferidos	5.546	(17.306)

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como se segue:

Evolução dos ativos por impostos diferidos - junho 2013

	Provisões e imparidades	Pensões	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2013	3.483	30.684	18.185	8.858	5	61.215
Aumento/reversão por capital	-	264	-	(2.428)	-	(2.163)
Reversão por resultados	(1.536)	(52)	-	(21)	(1)	(1.610)
Constituição por resultados	-	-	4.362	-	-	4.362
Movimento do período	(1.536)	212	4.362	(2.448)	(1)	588
A 30 de junho de 2013	1.947	30.895	22.547	6.409	3	61.803

Evolução dos ativos por impostos diferidos - dezembro 2012

	Provisões e imparidades	Pensões	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2012	2.388	15.982	39.412	4.383	892	63.057
Aumento/reversão por capital	-	15.602	-	4.529	-	20.131
Reversão por resultados	(290)	(1.248)	(21.227)	(54)	(887)	(23.707)
Constituição por resultados	1.386	347	-	-	-	1.733
Movimento do período	1.096	14.702	(21.227)	4.474	(887)	(1.843)
A 31 de dezembro de 2012	3.483	30.684	18.185	8.858	5	61.215

Em 30 de junho de 2013 os ativos por impostos diferidos referem-se majoritariamente às obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados e aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios.

Evolução dos passivos por impostos diferidos - junho 2013

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Total
A 1 de janeiro de 2013	52.373	30.424	82.797
Reversão por resultados	(3.935)	(1.022)	(4.958)
Movimentos do período	(3.935)	(1.022)	(4.958)
A 30 de junho de 2013	48.438	29.402	77.839

Evolução dos passivos por impostos diferidos - dezembro 2012

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Total
A 1 de janeiro de 2012	34.345	32.531	66.875
Aumento/reversão por capital	-	-	-
Constituição por resultados	18.029	-	18.029
Reversão por resultados	-	(2.107)	(2.107)
Movimentos do período	18.029	(2.107)	15.922
A 31 de dezembro de 2012	52.373	30.424	82.797

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

Os diplomas legais na base das reavaliações foram os seguintes:

Diplomas legais (Reavaliações)	
Segmento eletricidade	Segmento gás natural
Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 140/2006
Decreto-Lei nº 399-G/81	
Decreto-Lei nº 219/82	
Decreto-Lei nº 171/85	
Decreto-Lei nº 118-B/86	
Decreto-Lei nº 111/88	
Decreto-Lei nº 7/91	
Decreto-Lei nº 49/91	
Decreto-Lei nº 264/92	

8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com as categorias da IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

Junho de 2013

	Notas	Clientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	156.811	-	-	-	-	-	156.811	156.811
Clientes e outras contas a receber	10	352.796	-	-	-	-	-	352.796	352.796
Outros ativos financeiros		329.693	-	-	-	3.806	-	333.498	333.498
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	147.052	-	-	147.052	147.052
Imposto sobre o rendimento a receber	7	13.746	-	-	-	-	-	13.746	13.746
Instrumentos financeiros derivados	11	-	-	788	-	-	-	788	788
Total ativos financeiros		853.046	-	788	147.052	3.806	-	1.004.691	1.004.691
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.990.259	2.990.259	3.065.303
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	330.604	330.604	330.604
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	-	-	-	-	-	37.640	37.640	37.640
Instrumentos financeiros derivados	11	-	22.458	813	-	-	-	23.272	23.272
Total passivos financeiros		-	22.458	813	-	-	3.358.503	3.381.775	3.456.818

Dezembro de 2012

	Notas	Clientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	61.246	-	-	-	-	-	61.246	61.246
Clientes e outras contas a receber	10	381.189	-	-	-	-	-	381.189	381.189
Outros ativos financeiros		117.163	-	-	-	4.285	-	121.447	121.447
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	131.002	-	-	131.002	131.002
Imposto sobre o rendimento a receber	7	14.318	-	-	-	-	-	14.318	14.318
Instrumentos financeiros derivados	11	-	6.853	416	-	-	-	7.269	7.269
Total ativos financeiros		573.916	6.853	416	131.002	4.285	-	716.471	716.471
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.705.895	2.705.895	2.917.599
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	383.952	383.952	383.952
Instrumentos financeiros derivados	11	-	27.958	811	-	-	-	28.769	28.769
Total passivos financeiros		-	27.958	811	-	-	3.089.847	3.118.616	3.330.321

A rubrica “Outros ativos financeiros” no montante de 333.498 milhares de euros inclui:

- Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados que corresponde ao investimento financeiro do Grupo no fundo fechado “*Luso Carbon Fund*”, com um prazo de maturidade de 10 anos.
- Outras contas a receber referentes, essencialmente, a: (i) uma garantia a favor do BEI, constituída em novembro de 2012, na forma de penhor financeiro de um depósito bancário, no montante de 117.163 milhares de euros, a qual é exigível até ao restabelecimento dos níveis de notação financeira de *investment grade* ou por substituição por outra garantia igualmente aceitável para o BEI (incluindo garantias bancárias prestadas por instituições financeiras aceites pelo BEI), (Nota 14); e (ii) quatro depósitos a prazo com maturidades superiores a três meses no montante de 210.000 milhares de euros.

Estimativa de justo valor - ativos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 30 de junho de 2013, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado, sendo o intervalo de taxas de desconto utilizado para a curva Euro de cerca de 0,094% e 2,490% (maturidades de uma semana e vinte anos, respetivamente), relativamente aos instrumentos financeiros derivados;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	Participações	102.530	40.955	-	143.485
Ativos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	788	-	-	788
Outros investimentos financeiros	Fundo de Tesouraria	3.806	-	-	3.806
Passivos:					
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de <i>cash flows</i>	-	22.458	-	22.458
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	813	-	-	813
		106.310	18.497	-	124.807

Relativamente aos saldos de contas a receber e contas a pagar correntes o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor.

As contas a pagar e receber não correntes referem-se, essencialmente, aos desvios tarifários cujos valores são publicados pela ERSE e o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor, na medida em que os mesmos incorporam um efeito financeiro associado ao valor temporal do dinheiro, sendo incorporados nas tarifas nos dois anos subsequentes.

9 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital próprio detidos em entidades consideradas estratégicas pelo Grupo. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	Sede social		% detida	Entidade	Valor contabilístico	
	Localidade	País			30.06.2013	31.12.2012
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)	Madrid	Espanha	10,00%	REN, SGPS	3.167	3.167
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	Madrid	Espanha	1,00%	REN, SGPS	57.194	50.493
Enagás, S.A.	Madrid	Espanha	1,00%	REN, SGPS	45.336	38.542
Med Grid SAS	Paris	França	5,26%	REN, SGPS	400	400
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	Maputo	Moçambique	7,50%	REN, SGPS	40.955	38.400
					147.052	131.002

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	Med Grid	HCB	REE	ENAGAS	Total
1 de janeiro de 2012	3.167	-	-	44.760	34.125	82.051
Aquisições	-	400	38.400	-	-	38.800
Ajustamento de justo valor	-	-	-	5.733	4.418	10.151
31 de dezembro de 2012	3.167	400	38.400	50.493	38.542	131.002
1 de janeiro de 2013	3.167	400	38.400	50.493	38.542	131.002
Ajustamento de justo valor	-	-	2.555	6.701	6.794	16.050
30 de junho de 2013	3.167	400	40.955	57.194	45.336	147.052

As participações da REN SGPS na REE e Enagás estão registadas ao justo valor determinado com base nas cotações bolsistas das participações financeiras à data de 30 de junho de 2013.

A Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE") é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. A REN SGPS adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice "IBEX 35" e o ativo financeiro foi registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação em 30 de junho de 2013.

A Enagás é a entidade responsável pelo transporte e gestão do sistema de gás natural em Espanha. A REN SGPS adquiriu 1% de ações da Enagás como parte de um acordo de parceria estratégica. A Enagás está listada na Bolsa de Madrid, integrando o índice "IBEX 35" tendo o ativo sido registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação de 30 de junho de 2013.

A REN detém ações representativas de 7,5% do capital social da Hidroelétrica de Cahora Bassa, S.A., sociedade de direito moçambicano, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012 entre a REN com a Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. (“Parpública”), a CEZA - Companhia Elétrica do Zambeze, S.A. e a EDM - Electricidade de Moçambique, EP para aquisição à Parpública de 2.060.661.943 ações representativas de 7,5% do capital social e direitos de voto da HCB. Esta participação encontra-se registada ao justo de valor com base na aferição da avaliação da participação à data da demonstração da posição financeira.

Em 30 de junho de 2013 o Grupo detém ainda os seguintes instrumentos de capital próprio de empresas não cotadas:

- (i) Medgrid, S.A.S.: A REN tornou-se acionista da Medgrid tendo adquirido, para o efeito, 4.000 ações representativas de 5,26% do capital social. Este projeto é um consórcio internacional, que promove e facilita o desenvolvimento das redes de interligação do Mediterrâneo, permitindo o transporte para a Europa de eletricidade renovável produzida em África, no montante de 400 milhares de euros.
- (ii) OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., (“OMEL”): No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI) em 2011, e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a Empresa adquiriu 10% do capital social do OMEL pelo valor global de 3.167 milhares de euros.

Na medida em que não existe um preço de mercado disponível para os investimentos referidos (MedGrid e OMEL) e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transações comparáveis. Estas participações encontram-se refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. É entendimento do Grupo REN que, à data de 30 de junho de 2013, não existem indícios de imparidade relativamente a estas participações.

Os ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados em capital próprio na rubrica reserva de justo valor que em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 apresenta os seguintes montantes:

	Reserva de justo valor (Nota 13)
1 de janeiro de 2012	(14.244)
Variação de justo valor	10.151
31 de dezembro de 2012	(4.093)
1 de janeiro de 2013	(4.093)
Variação de justo valor	16.050
30 de junho de 2013	11.957

No decorrer do período findo em 30 de junho de 2013 os dividendos atribuídos ao Grupo foram como se segue:

	30.06.2013	30.06.2012
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	2.286	916
Enagás, S.A.	1.635	910
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)	50	157
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	1.405	-
	5.377	1.983

Estes montantes foram reconhecidos na demonstração dos resultados em rendimentos financeiros tendo sido recebidos pelo Grupo, durante o primeiro semestre de 2013, 2.371 milhares de euros.

10 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o detalhe da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” é o seguinte:

	30.06.2013			31.12.2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes e outras contas a receber	177.272	155	177.427	191.321	155	191.476
Imparidade de clientes	(822)	-	(822)	(822)	-	(822)
Clientes - Valor líquido	176.450	155	176.605	190.499	155	190.654
Desvios tarifários	68.569	96.993	165.562	100.554	75.592	176.146
Imparidade de contas a receber	-	-	-	-	(5.296)	(5.296)
Estado e Outros Entes Públicos	10.629	-	10.629	19.685	-	19.685
Clientes e outras contas a receber	255.648	97.148	352.796	310.738	70.451	381.189

(i) Os saldos de estado e outros entes públicos refere-se a valores a receber de IVA

Na composição dos saldos das contas a receber de clientes assume particular relevância o montante em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 83.784 milhares de euros (82.624 milhares em 31 de dezembro de 2012) e da Galp, o qual ascende a 22.636 milhares de euros (10.473 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012).

Os movimentos ocorridos na imparidade de clientes e outras contas a receber detalha-se como se segue:

Movimento da imparidade

	30.06.2013	31.12.2012
Saldo inicial	(6.118)	(3.472)
Aumentos	-	(2.646)
Reversões	5.296	-
Saldo final	(822)	(6.118)

Em 30 de junho de 2013 o Grupo REN registou a reversão da perda de imparidade relativa à totalidade dos juros do défice tarifário de 2008, no montante de 5.296 milhares de euros, pelo facto de terem existido desenvolvimentos no primeiro semestre de 2013, nomeadamente o compromisso assumido formalmente pelo Governo Português com vista à liquidação daquele montante.

11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	Nocional	30.06.2013			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	425.000.000 EUR	-	-	-	20.931
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000.000 JPY	-	-	-	1.527
		-	-	-	22.458
Derivados de negociação		788	-	813	-
Instrumentos financeiros derivados		788	-	813	22.458

	Nocional	31.12.2012			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	425.000.000 EUR	-	-	-	27.958
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000.000 JPY	-	6.853	-	-
		-	6.853	-	27.958
Derivados de negociação		416	-	811	-
Instrumentos financeiros derivados		416	6.853	811	27.958

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a seis contratos *swap* de taxa de juro e a um *cross currency swap*, contratados pela REN SGPS com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e câmbio futuras.

Estão incluídos nos valores apresentados o valor de juros corridos, a receber ou a pagar à data de 30 de junho de 2013 relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido de 1.037 milhares de euros.

As características dos *swaps* contratados em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 eram as seguintes:

Nocional de referência	Períodos de liquidação de juros	Recebimento/pagamento	Data de vencimento	Justo valor em 30.06.2013	Justo valor em 31.12.2012
Swaps de taxa de juro:					
50 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 27 de abril e outubro – liquidação semestral de juros; a receber: 27 de abril e outubro – liquidação semestral de juros.	REN recebe Euribor 6M e paga 2,26%	outubro de 2014	(1.150)	(1.677)
50 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 27 de abril e outubro – liquidação semestral de juros; a receber: 27 de abril e outubro – liquidação semestral de juros.	REN recebe Euribor 6M e paga 2,23%	outubro de 2014	(1.128)	(1.646)
50 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: - a pagar: 12 janeiro e julho, liquidação semestral de juros; - a receber: 12 janeiro e julho, liquidação semestral de juros.	REN recebe Euribor 6M e paga 2,15%	julho de 2014	(1.325)	(1.720)
100 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: - a pagar: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros; a receber: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros.	REN recebe Euribor 3M e paga 2,72%	dezembro de 2016	(7.010)	(9.162)
100 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros; - a receber: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros.	REN recebe Euribor 3M e paga 2,77%	dezembro de 2016	(7.191)	(9.132)
75 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros; - a receber: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros.	REN recebe Euribor 3M e paga 1,89%	setembro de 2017	(3.126)	(4.621)
425 000 mEuros				(20.931)	(27.958)
Cross-currency swap:					
10 000 000 000 JPY 72 899 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 26 de junho e dezembro – liquidação semestral de juros; a receber: 26 de junho e dezembro – liquidação semestral de juros.	REN recebe 2,71% e paga 5,64% (anual) até junho de 2019 e Euribor a 6M + 190 b.p. desde essa data até à maturidade	junho de 2024	(1.527)	6.853
10 000 000 000 JPY				(1.527)	6.853
			Total	(22.458)	(21.105)

Swaps:

Cobertura de fluxos de caixa

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de empréstimos e de emissões obrigacionistas, através da designação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável, com um nocional de 425.000 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2012 o valor era de 425.000 milhares de euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, em 30 de junho de 2013, é de 20.931 milhares de euros negativos (em 31 de dezembro de 2012 era de 27.958 milhares de euros negativos).

Adicionalmente, a REN procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de junho de 2019, o objetivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida, decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto. De referir que são registados na demonstração dos resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do *cross currency swap* a 30 de junho de 2013 é de 1.527 milhares de euros negativos (em 31 de dezembro de 2012 era de 6.853 milhares de euros positivos). A variação cambial do subjacente (empréstimo) em 30 de junho de 2013, no montante de 10.735 milhares de euros, foi perfeitamente compensada pelo efeito do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do período. A componente ineficaz relativa à cobertura de justo valor, tendo por base a diferença entre a variação de justo valor do derivado de cobertura e a

variação de justo valor da dívida, no que se refere ao risco coberto (risco de taxa de juro) foi de 243 milhares de euros negativos à data de 30 de junho de 2013.

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é, à data de 30 de junho de 2013, de 25.564 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2012 era de 35.431 milhares de euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura (Nota 13) foram os seguintes:

	Justo valor	Impacto imposto diferido	Reserva cobertura
1 de janeiro de 2012	(14.793)	4.290	(10.503)
Variação de justo valor	(20.638)	4.529	(16.109)
31 de dezembro de 2012	(35.431)	8.819	(26.612)
1 de janeiro de 2013	(35.431)	8.819	(26.612)
Variação de justo valor	9.867	(2.428)	7.439
30 de junho de 2013	(25.564)	6.391	(19.173)

Cobertura de justo valor

O Grupo contratou em fevereiro de 2009, um *swap* de taxa de juro para efetuar a cobertura de justo valor de uma emissão de 300.000 milhares de euros. Esta cobertura foi descontinuada em Novembro de 2009, sendo que a 30 de junho de 2013 o instrumento coberto apresenta um ajustamento de justo valor decorrente da cobertura de 74 milhares de euros. Este montante está a ser amortizado por contrapartida de resultados, de acordo com o método do juro efetivo, durante a maturidade do instrumento coberto.

Futuros:

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., através da sua participada REN Trading, S.A., tem vindo a realizar algumas operações financeiras no mercado de futuros de energia, carvão e licenças de emissão de CO₂, quer através da celebração de contratos standardizados pela *International Swaps and Derivatives Association Inc.* (“ISDA”), quer pela participação em bolsas de negociação de futuros.

A REN SGPS e a REN Trading formalizaram por meio de Acordo os termos ao abrigo dos quais a REN Trading promove a gestão desses contratos de derivados financeiros, por conta e em benefício da REN SGPS, assegurando assim uma clara e transparente separação desses

negócios, sempre numa lógica previamente definida e continuamente monitorizada de baixa exposição ao risco.

Esta contratação de derivados financeiros no mercado de futuros não implica qualquer liquidação física dos ativos subjacentes, sendo uma atividade de natureza puramente financeira, enquadrável como mera gestão financeira de ativos, não se confundindo com a atividade regulada do Agente Comercial.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o justo valor dos contratos de futuros de energia e de licenças de CO₂ é conforme se segue:

	30.06.2013	
	Ativo corrente	Passivo corrente
Contratos financeiros no mercado de energia para 2013	788	-
Licenças de Co2	-	813
Justo valor em 30 de junho de 2013	788	813

	31.12.2012	
	Ativo corrente	Passivo corrente
Contratos financeiros no mercado de energia para 2013	416	-
Licenças de Co2	-	811
Justo valor em 31 de dezembro de 2012	416	811

As variações de justo valor dos derivados de negociação que foram reconhecidas em resultados ascenderam a 370 milhares de euros positivos em 30 de junho de 2013 (443 milhares de euros negativos em dezembro de 2012).

12 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	30.06.2013	31.12.2012
Caixa	23	-
Depósitos bancários	156.788	61.246
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	156.811	61.246
Descobertos bancários (Nota 14)	(131)	-
Caixa e equivalentes de caixa nos fluxos de caixa	156.680	61.246

13 CAPITAL

Capital social

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 534.000.000 ações com o valor nominal de 1 euro cada:

	Número de ações	Capital social
Capital Social	534.000.000	534.000

Ações próprias

Em 30 de junho de 2013, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Porcentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,73%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Outras reservas

A rubrica de “Outras reservas” inclui:

- Reservas legais, no montante de 91.492 milhares de euros. De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

- Reservas de justo valor:
 - (i) Reserva de justo valor - inclui as variações de justo valor dos ativos financeiros detidos para venda (11.957 milhares de euros positivos), conforme detalhado na Nota 9;

 - (ii) Reserva de cobertura - inclui as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é efetiva (19.173 milhares de euros negativos), os quais encontram-se detalhados na Nota 11.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os incrementos decorrentes da adoção de justo valor (reservas de justo valor e reservas de cobertura) apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso.

- Reservas livres no montante de 177.022 milhares de euros. Esta rubrica é movimentada pela aplicação dos resultados dos exercícios, sendo passível de distribuição aos acionistas, exceto quanto à limitação definida pelo Código das Sociedades Comerciais no que respeita às ações próprias.

14 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A alocação dos empréstimos quanto à sua maturidade (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, é como se segue:

	30 de junho de 2013			31 de dezembro de 2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	10.000	100.000	110.000	250.000	93.000	343.000
Empréstimos obrigacionistas	900.000	1.160.859	2.060.859	850.000	771.676	1.621.676
Empréstimos bancários	71.000	721.762	792.762	66.123	670.085	736.208
Descobertos bancários (Nota 12)	131	-	131	-	-	-
Locações financeiras	451	617	1.068	643	734	1.377
	<u>981.582</u>	<u>1.983.239</u>	<u>2.964.821</u>	<u>1.166.766</u>	<u>1.535.495</u>	<u>2.702.261</u>
Juros a pagar - empréstimos	53.123	-	53.123	18.816	-	18.816
Juros pagos (antecipação)	(27.684)	-	(27.684)	(15.183)	-	(15.183)
Empréstimos	1.007.021	1.983.239	2.990.259	1.170.400	1.535.495	2.705.895

Em janeiro de 2013 o Grupo realizou duas emissões obrigacionistas no valor de 150.000 e 300.000 milhares de euros, com maturidades em janeiro de 2020 e 2018.

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas em 30 de junho de 2013 era o seguinte:

30 de junho de 2013				
Data da Emissão	Data de Reembolso	Montante	Taxa de juro	Periodicidade de pagamento de juros
Emissões privadas REN SGPS				
27-04-2011	27-10-2014	EUR 100.000 (i)	Taxa variável (ii)	Semestral
12-07-2011	12-07-2014	EUR 50.000 (i)	Taxa variável (ii)	Semestral
14-03-2012	14-03-2015	EUR 20.000 (i)	Taxa variável	Semestral
Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'				
10-12-2008	10-12-2013	EUR 800.000	Taxa fixa 7,875%	Anual
20-04-2009	05-12-2013	EUR 50.000 (i)	Taxa variável	Trimestral
26-06-2009	26-06-2024	JPY 10.000.000 (i)	Taxa fixa (ii)	Semestral
08-03-2012	09-03-2015	EUR 63.500 (i)	Taxa fixa	Semestral
21-09-2012	21-09-2016	EUR 300.000	Taxa fixa 6,25%	Semestral
28-09-2012	28-09-2015	EUR 50.000 (i)	Taxa fixa	Anual
10-12-2012	10-12-2015	EUR 100.000 (i)	Taxa fixa	Semestral
16-01-2013	16-01-2020	EUR 150.000 (i)	Taxa variável	Trimestral
31-01-2013	31-01-2018	EUR 300.000	Taxa fixa 4,125%	Anual

(i) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

(ii) Estas emissões têm associados swaps de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio (Nota 11)

O Grupo é subscritor de sete programas de papel comercial no valor de 875.000 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2012 o valor era de 1.170.000 milhares de euros), estando utilizados 110.000 milhares de euros à data de 30 de junho de 2013 (em 31 de dezembro de 2012 a utilização de papel comercial era de 343.000 milhares de euros). O encaixe financeiro resultante das emissões obrigacionistas anteriormente mencionadas contribuiu para o decréscimo da utilização de papel comercial.

Os empréstimos bancários são constituídos na sua maioria (679.611 milhares de euros) por empréstimos BEI - Banco Europeu de Investimento, sendo que parte desses empréstimos (275.000 milhares de euros) têm associados *swaps* de taxa de juro (Nota 11).

Em março de 2013, a REN realizou um financiamento bancário com um prazo de 3 anos tendo dado como colateral as suas participações de capital na REE e na Enagás. A REN mantém a totalidade dos direitos inerentes às participações de capital referidas, incluindo os direitos de voto e o direito aos dividendos.

O Grupo tem ainda 81.500 milhares de euros em linhas de crédito contratadas e não utilizadas com vencimentos até um ano, sendo renováveis periodicamente de forma automática (caso não sejam denunciadas nos período contratualmente estipulado para o efeito).

No seguimento da parceria estratégica efetuada com a State Grid International Development Ltd., no âmbito da segunda fase de reprivatização da REN, foram acordadas com o China Development Bank as condições financeiras irreversíveis para um financiamento de 800.000 milhares de euros (montante correspondente a 80% do compromisso global de 1.000.000 milhares de euros acordado). Este financiamento divide-se em duas tranches de 400.000 milhares de euros cada, uma com o objetivo de refinanciamento de dívida, cujo contrato de financiamento foi assinado em abril de 2013 e a outra para financiamento de investimentos em infraestruturas de eletricidade e gás natural.

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes *covenants* principais: *Cross Default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, *Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo). O rácio de *Gearing* do Grupo cumpre confortavelmente os limites definidos contratualmente estando 77% acima do valor mínimo (em 31 de dezembro de 2012, encontrava-se 76% acima do limite).

Os financiamentos celebrados com o BEI incluem ainda *covenants* relacionados com notações de *rating* em que o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI, no caso de verificação de notações *rating* abaixo dos níveis estipulados. Durante o ano de 2012, devido à descida dos níveis de notação de *rating* da REN para *sub investment grade*, foi prestada ao BEI (a seu pedido) uma garantia, na forma de penhor financeiro sobre um depósito bancário, no valor de 117.163 milhares de euros (Nota 8).

Segundo normas legais relativas à concorrência, termos contratuais e práticas usuais de mercado, nem o Grupo nem as suas contrapartes em contratos de financiamento estão autorizadas a divulgar outras informações relativamente às características das respetivas operações de financiamento.

O valor contabilístico e o justo valor dos empréstimos são como se segue:

	Valor contabilístico		Justo valor	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Papel Comercial	110.000	343.000	110.409	343.042
Empréstimos bancários	792.762	736.208	735.833	764.386
Empréstimos obrigacionistas	2.060.859	1.621.676	2.192.494	1.805.072
Outros	1.199	1.377	1.128	1.466
	2.964.821	2.702.261	3.039.864	2.913.965

O justo valor é calculado pelo método dos cash flows descontados, utilizando a curva de taxa de juro da data da demonstração da posição financeira, de acordo com as características de cada empréstimo.

O intervalo de taxas utilizado para cálculo do justo valor varia entre 0,094% e 2,490% (maturidades de uma semana e vinte anos, respetivamente).

15 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte. O Grupo atribui aos empregados planos de seguro de vida. Não se verificaram quaisquer alterações nos benefícios atribuídos aos empregados, relativamente a 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	30.06.2013	31.12.2012
Obrigações na demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	68.559	68.208
Cuidados médicos e outros benefícios	37.847	37.477
Plano de seguro de vida	131	123
	106.538	105.808

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2012, foram reconhecidos os seguintes gastos operacionais, relativos a planos de benefícios com os empregados:

	30.06.2013	30.06.2012
Gastos na demonstração dos resultados (Nota 22)		
Plano de pensões	2.371	866
Cuidados médicos e outros benefícios	919	502
Plano de seguro de vida	9	7
	3.299	1.376

Os valores reportados a 30 de junho de 2013 resultam da projeção da avaliação atuarial efetuada a 31 de dezembro de 2012 considerando a estimativa de salários para o ano de 2013, tendo-se passado a considerar a utilização de uma taxa de desconto única em conformidade com a nova versão da IAS 19, a qual é de aplicabilidade obrigatória nos exercícios económicos iniciados após 1 de janeiro de 2013.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo dos benefícios, pós-emprego são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	31.12.2012
Taxa anual de desconto	3,3%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço) - ao abrigo do ACT	20,0%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada por actos de gestão	20,0%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,3%
Taxa anual de crescimento das pensões	2,0%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	2,0%
Taxa de inflação	2,0%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	3,5%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	215€
Taxa de crescimento das despesas de gestão	2,2%
Taxa de rendimento	5,7%
Tábua de mortalidade	TV 88/90

16 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

A evolução das provisões durante os períodos apresentados é a seguinte:

	30.06.2013	31.12.2012
Saldo inicial	7.220	32.314
Aumentos	-	2.833
Reversão	(82)	(197)
Utilizações (i)	(318)	(27.730)
Saldo final	6.820	7.220
Provisão corrente	2.019	2.419
Provisão não corrente	4.801	4.801
	6.820	7.220

Em 30 de junho de 2013 a rubrica de provisões refere-se essencialmente à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros e a uma provisão para reestruturação no montante de 2.000 milhares de euros, constituída em 2012, no âmbito do processo de reestruturação da Empresa em curso.

(i) As utilizações em 2012 advêm do pagamento de 27.837 milhares de euros, em janeiro de 2012, relativo à indemnização contratual referente ao processo com a Amorim Energia B.V., acrescida de juros de mora incorridos até à data do referido pagamento, tendo sido utilizada

a provisão existente para este processo no montante de 27.730 milhares de euros. O gasto e o rendimento associado à reversão da provisão não são visíveis na demonstração consolidada dos resultados apresentada, pelo facto de terem sido registados na mesma rubrica, seguindo a recomendação das normas contabilísticas, por forma a não sobreavaliar os gastos e os rendimentos.

17 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 apresenta o seguinte detalhe:

	30.06.2013			31.12.2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores conta corrente	109.792	-	109.792	146.588	-	146.588
Outros credores						
Credores diversos	51.926	28.122	80.048	58.382	6.822	65.204
Desvios tarifários	17.294	40.051	57.345	32.106	30.900	63.006
Fornecedores de ativos fixos	54.153	-	54.153	83.890	-	83.890
Estado e outros entes públicos (i)	24.067	-	24.067	20.215	-	20.215
Proveitos diferidos						
Subsídios ao investimento	19.137	318.359	337.496	20.851	323.173	344.024
Acréscimos de custos						
Férias e subsídios e outros encargos férias	5.198	-	5.198	5.050	-	5.050
Fornecedores e outras contas a pagar	281.568	386.532	668.100	367.081	360.895	727.977

(i) O saldo do Estado e outros entes públicos refere-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos.

18 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados, é detalhado como se segue:

	30.06.2013	30.06.2012
Vendas de Materiais		
Mercado interno	86	146
	<u>86</u>	<u>146</u>
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Transporte de electricidade e gestão global do sistema	190.600	201.114
Transporte de gás natural	59.497	61.612
Regaseificação	18.505	17.216
Armazenamento de gás natural	6.537	6.637
Rede de telecomunicações	2.864	2.580
Margem do Agente Comercial - REN Trading	1.363	1.209
Outros	1.138	363
	<u>280.504</u>	<u>290.731</u>
Total das Vendas e Prestações de serviços	<u>280.590</u>	<u>290.877</u>

19 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas, e não representa qualquer margem para a REN. O detalhe do rédito e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012:

	30.06.2013	30.06.2012
<u>Rendimentos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	46.679	61.024
- Trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros (Nota 5)	4.225	7.288
Encargos de estrutura e gestão (Nota 5)	7.861	6.491
	<u>58.764</u>	<u>74.803</u>
<u>Gastos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	46.679	61.024
	<u>46.679</u>	<u>61.024</u>

20 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A rubrica de “Outros rendimentos operacionais” é apresentada como se segue:

	30.06.2013	30.06.2012
Reconhecimento de subsídios ao investimento	9.564	8.988
Proveitos suplementares	927	961
Hedging - Contratos financeiros	1.608	-
Outros	2.152	411
	14.251	10.360

A rubrica “Hedging” refere-se a ganhos em operações financeiras no mercado de futuros de energia, carvão e licenças de emissão de CO₂, quer através da celebração de contratos standardizados pela *International Swaps and Derivatives Association Inc.* (“ISDA”), quer pela participação em bolsas de negociação de futuros. As operações são meramente financeiras não envolvendo entregas físicas.

21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012 apresentava o seguinte detalhe:

	30.06.2013	30.06.2012
Subcontratos de transporte de gás	1.562	1.386
Custos de manutenção	3.758	4.300
Comissões a entidades externas i)	3.886	4.082
Custos de interligação - "cross border" ii)	-	4.102
Custos com energia eléctrica	2.220	2.690
Custos com seguros	1.416	1.382
Custos de reserva de capacidade iii)	697	693
Custos com publicidade e comunicação	556	997
Vigilância e segurança	921	992
Outros (inferiores a 1.000 milhares de euros)	2.940	3.320
Fornecimentos e serviços externos	17.957	23.944

i) As comissões pagas a entidades externas referem-se a trabalhos especializados e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.

ii) Os custos de interligação - *cross border* - representam o custo das trocas comerciais transfronteiriças. A variação registada em junho de 2013, quando comparado com o período homólogo, reflete a ausência do fluxo de energia importada em 2013.

iii) Os custos de reserva de capacidade respeitam a custos suportados pela REN referentes à capacidade de produção disponível exigida aos produtores, para manter a todo o tempo a operacionalidade do sistema. Estes custos são reconhecidos na atividade de Gestão Global do Sistema da REN - Rede Elétrica Nacional, S.A., de acordo com o modelo regulatório atualmente em vigor.

22 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” decompõe-se da seguinte forma:

	30.06.2013	30.06.2012
Remunerações		
Órgãos sociais	1.239	960
Pessoal	17.562	15.359
	<u>18.802</u>	<u>16.319</u>
Encargos sociais e outros gastos		
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 15)	3.299	1.376
Encargos sobre remunerações	4.302	3.813
Custos de acção social	134	197
Outros	1.292	1.150
	<u>9.027</u>	<u>6.537</u>
Total de Gastos com o pessoal	<u>27.829</u>	<u>22.856</u>

As remunerações dos órgãos sociais incluem as remunerações do Conselho de Administração da REN SGPS e as remunerações auferidas pela Mesa da Assembleia Geral.

23 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

O detalhe da rubrica de “Outros gastos operacionais” é como se segue:

	30.06.2013	30.06.2012
Custos de funcionamento da ERSE i)	4.380	4.380
Donativos	81	319
Impostos	443	916
Quotizações	780	929
Outros	182	527
	<u>5.866</u>	<u>7.072</u>

i) A rubrica de custos de funcionamento da ERSE, refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de eletricidade e do gás.

24 GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos é como se segue:

	30.06.2013	30.06.2012
Gastos financeiros		
Juros e outros encargos similares	71.381	66.228
Instrumentos financeiros derivados	5.790	3.580
Perdas em outros ativos financeiros	479	318
	<u>77.650</u>	<u>70.126</u>
Rendimentos financeiros		
Juros e outros rendimentos similares	4.661	925
Instrumentos financeiros derivados	1.896	61
	<u>6.557</u>	<u>986</u>

25 RESULTADO POR AÇÃO

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como se segue:

		30.06.2013	30.06.2012
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	64.052	70.569
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 13)	(2)	534.000.000	534.000.000
Efeito das ações próprias (Nota 13)		3.881.374	3.881.374
Nº de ações no período	(3)	<u>530.118.626</u>	<u>530.118.626</u>
Resultado básico por ação (euro por ação)	(1)/(3)	0,12	0,13

Pelo facto de não existirem situações que originem diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

26 DIVIDENDOS POR AÇÃO

No dia 30 de abril foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado consolidado de exercício de 2012, no montante de 90.780 milhares de euros, o que equivale à distribuição de um valor de dividendo bruto por ação de 0,17 euros (incluindo o dividendo atribuível às ações próprias).

O dividendo atribuível às ações próprias ascendeu a 660 milhares de euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 90.120 milhares de euros.

27 GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro 2012, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	30.06.2013	31.12.2012
Ministério da Economia e da Inovação	Garantir a liquidação da dívida exequenda	-	1
Comunidade Europeia	Dar cumprimento aos requisitos contratuais no âmbito do contrato de financiamento	3	3
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem de obras	84	84
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão de processo de execução fiscal	193	193
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas, SA	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	200	200
EUROSCUT NORTE - Sociedade Concessionária da SCUT do Norte Litoral, S.A.	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	-	250
Fortia - Energia para Grandes Consumidores	Contratos financeiros no âmbito do contrato ISDA (International Swaps and Derivatives Association, Inc.)	1.000	1.000
Operador Mercado Ibérico	Garantir a liquidação da dívida exequenda	2.000	2.000
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	4.469	4.469
Juiz de Direito do Tribunal de Comarca	Caucionar a expropriação de terrenos	5.693	5.681
Direcção Geral de Geologia e Energia	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	20.500	20.500
BEI	Para garantir empréstimos	346.146	359.022
Município de Odivelas - Câmara Municipal	Garantir a boa e regular execução de obras de instalação de uma linha subterânea	1.119	-
		381.407	393.403

28 PARTES RELACIONADAS

Principais acionistas e ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Com referência a 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a estrutura acionista do Grupo REN é a seguinte:

	30.06.2013		31.12.2012	
	Número de ações	%	Número de ações	%
State Grid Europe Limited (Empresa do Grupo State Grid)	133.500.000	25,00%	133.500.000	25,00%
Mazoon B.V. (Empresa do Grupo Oman Oil Company S.A.O.C.)	80.100.000	15,00%	80.100.000	15,00%
EGF - CGF, S.A.	45.019.666	8,43%	45.019.666	8,43%
Parpublica - Participações Públicas (SGPS), S.A.	52.871.340	9,90%	52.871.340	9,90%
Gestmin, SGPS, S.A.	31.326.951	5,87%	31.046.951	5,81%
Oliren, SGPS, S.A.	26.700.000	5,00%	26.700.000	5,00%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	26.707.335	5,00%	26.707.335	5,00%
Red Eletrica Corporación, S.A.	26.700.000	5,00%	26.700.000	5,00%
Columbia Wanger	10.703.317	2,00%	10.703.317	2,00%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	6.121.528	1,15%	6.118.772	1,15%
Grupo REN (ações próprias)	3.881.374	0,73%	3.881.374	0,73%
Free float	90.368.489	16,92%	90.651.245	16,98%
	534.000.000	100,00%	534.000.000	100,00%

Transações de ações por membros do Conselho de Administração

Em fevereiro de 2013 o vogal do Conselho de Administração, Sr. Manuel Carlos de Melo Champalimaud, adquiriu 35.700 ações REN.

Além da situação acima referida, não ocorreram outras situações de transações efetuadas por membros dos órgãos sociais, face às demonstrações financeiras consolidadas da REN, em 31 de dezembro de 2012.

Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado de acordo com a IAS 24 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do grupo.

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN,SGPS ascenderam a 1.239 milhares de euros, conforme quadro abaixo:

	30.06.2013	30.06.2012
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	1.239	960
	1.239	960

O Conselho de Administração não auferir quaisquer outros rendimentos elencados pelo n.º 17 da IAS 24, para além dos salários e benefícios de curto prazo.

Transações com sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício da sua atividade a REN realiza transações com entidades do Grupo ou com entidades em relação de domínio. Os termos e condições praticadas entre a REN e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No processo de consolidação, os montantes relativos às transações realizadas e os saldos por liquidar são eliminados (Nota 3.2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012) nas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais transações realizadas entre empresas do Grupo REN foram: (i) financiamentos e suprimentos concedidos pela Empresa-mãe, no âmbito da gestão corrente dos mesmos; e (ii)

serviços partilhados pelo Grupo, nomeadamente, serviços jurídicos, administrativos e de informática.

Saldos e transações com acionistas, empresas associadas e outras partes relacionadas

O Grupo REN efetuou as seguintes transações com acionistas de referência, detentores de participações qualificadas e entidades associadas:

Rendimentos

	30.06.2013	30.06.2012
<u>Vendas e prestações de serviços</u>		
Faturação emitida - EDP	762.409	680.977
Faturação emitida - OMIP	9	-
Faturação emitida - North China Internacional Power (Grupo State Grid)	20	-
<u>Rendimentos financeiros:</u>		
Juros de aplicações - CGD	28	-
<u>Dividendos:</u>		
REE	2.286	916
	<u>764.752</u>	<u>681.893</u>

Os valores apresentados como faturação emitida referem-se essencialmente à faturação da tarifa do Uso Global do Sistema (UGS) e Transporte de Energia Eléctrica (TEE) que incluem montantes que se configuram como um *pass-through*, cujos rendimentos e gastos se encontram compensados na demonstração consolidada dos resultados.

Gastos

	30.06.2013	30.06.2012
<u>Fornecimentos e serviços externos</u>		
Faturação recebida - EDP	302.088	296.949
Faturação recebida - Norfin Serviços S.A.*	4	-
<u>Gastos de financiamento:</u>		
Juros de financiamentos - CGD	103	-
Comissões de papel comercial e outros empréstimos - CGD	644	-
Instrumentos financeiros derivados - CGD	1.293	-
	<u>304.132</u>	<u>296.949</u>

*Entidade relacionada com o Administrador Filipe Maurício de Botton

Os valores apresentados como faturação recebida são relativos ao papel de intermediário da REN na compra e venda de eletricidade, cujos rendimentos e gastos são compensados na demonstração consolidada dos resultados, por se configurar como uma operação de “agente” do ponto de vista de reconhecimento do rédito.

Saldos

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como se segue:

	30.06.2013	31.12.2012
<u>Cientes e outras contas a receber</u>		
EDP - clientes	91.880	107.487
EDP - outros devedores	1.554	1.267
OMIP - clientes	-	2
OMIP - outros devedores	65	920
Oman Oil - outros devedores	1	1
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
CGD - Depósitos bancários	61.814	551
	<u>155.314</u>	<u>110.227</u>
<u>Fornecedores e outras contas a pagar</u>		
EDP - fornecedores	2.011	3.937
Norfin Sociedade Gestora de Fundos* (cauções recebidas)	9	-
Norfin Serviços S.A.* - fornecedores	5	-
OMIP - outras contas a pagar	11	889
<u>Empréstimos:</u>		
CGD - Empréstmos (papel comercial)	10.000	93.000
CGD - Empréstimos (locação financeira)	926	1.001
	<u>12.963</u>	<u>98.827</u>

*Entidade relacionada com o Administrador Filipe Maurício de Botton

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem quaisquer situações de eventos subsequentes a reportar.

O Técnico Oficial de Contas

Maria Teresa Martins

O Conselho de Administração

Rui Manuel Janes Cartaxo
(Presidente do Conselho de Administração e da
Comissão Executiva)

Aníbal Durães dos Santos
(Vogal do Conselho de Administração designado pela
Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.)

João Caetano Carreira Faria Conceição
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da
Comissão Executiva)

Filipe Maurício de Botton
(Vogal do Conselho de Administração designado pela
EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A.)

Gonçalo Morais Soares
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da
Comissão Executiva)

José Luís Folgado Blanco
(Vogal do Conselho de Administração designado pela Red
Eléctrica Corporación, S.A.)

Guangchao Zhu
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
designado pela State Grid International Development
Limited)

Manuel Carlos Melo Champalimaud
(Vogal do Conselho de Administração designado pela
Gestmin, SGPS, S.A.)

Mengrong Cheng
(Vogal do Conselho de Administração)

José Luis Arnaut
(Vogal do Conselho de Administração)

Haibin Wan
(Vogal do Conselho de Administração)

José Luís Alvim Marinho
(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da
Comissão de Auditoria)

Hilal Ali Saif Al-Kharusi
(Vogal do Conselho de Administração)

José Frederico Vieira Jordão
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da
Comissão de Auditoria)

Emílio Rui Vilar
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da
Comissão de Auditoria)

Nota - As restantes folhas do presente Relatório e Contas (1º Semestre 2013) foram rubricadas pelo Secretário da Sociedade, Pedro Cabral Nunes, e pela Técnica Oficial de Contas, Maria Teresa Martins.

4. ANEXOS

4.1 Declaração de conformidade

*DECLARAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 246.º, N.º 1, ALÍNEA C)
DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS*

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., abaixo identificados nominativamente, subscreveu a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 246.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva, consoante aplicável, as demonstrações financeiras condensadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no seu perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar relativo ao primeiro semestre de 2013 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.”

Rui Manuel Janes Cartaxo (Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

João Caetano Carreira Faria Conceição (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Gonçalo Moraes Soares (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Guangchao Zhu (Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid International Development Limited)

Mengrong Cheng (Vogal do Conselho de Administração)

Haibin Wan (Vogal do Conselho de Administração)

Hilal Ali Saif Al-Kharusi (Vogal do Conselho de Administração)

Aníbal Durães dos Santos (Vogal do Conselho de Administração designado pela Parública - Participações Públicas (SGPS), S.A.)

Filipe Maurício de Botton (Vogal do Conselho de Administração designado pela EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A.)

Manuel Carlos Mello Champalimaud (Vogal do Conselho de Administração designado pela Gestmin, SGPS, S.A.)

José Luís Folgado Blanco (Vogal do Conselho de Administração designado pela Red Eléctrica Corporación, S.A.)

José Luis Arnaut (Vogal do Conselho de Administração)

José Luís Alvim Marinho (Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

José Frederico Vieira Jordão (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Emílio Rui Vilar (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Lisboa, 31 de Julho de 2013

4.2 Lista dos titulares de participações qualificadas [Alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º do artigo 9.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008]

Lista de Titulares de Participações Qualificadas (a 30.6.2013)	N.º de ações	Capital (%)	Direitos de voto (%)
State Grid of China	133.500.000 ¹	25,0%	25,0%
Oman Oil	80.100.000 ²	15,0%	15,0%
Estado Português ³	58.990.112	11,0%	11,0%
EGF, Gestão e Consultoria Financeira, S.A. ⁴	45.019.666 ⁵	8,4%	8,4%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	26.707.335 ⁶	5,0%	5,0%
Gestmin, SGPS, S.A.	31.326.951 ⁷	5,8%	5,8%
Olíren, SGPS, S.A.	26.700.000	5,0%	5,0%
Red Eléctrica Corporación, S.A.	26.700.000	5,0%	5,0%
Columbia Wanger	10.703.317 ⁸	2,0%	2,0%

¹ Esta participação qualificada é imputável às sociedades (i) State Grid Europe Limited (SGEL), enquanto titular direta, (ii) State Grid International Development Limited (SGID), na qualidade de acionista dominante da SGEL e, por último, (iii) State Grid Corporation of China, enquanto sociedade que controla integralmente a SGEL.

² No âmbito da segunda fase de reprivatização da REN, a Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. transmitiu a titularidade de 80.100.000 ações representativas de 15% do capital social da REN à Mazoon B.V., uma sociedade totalmente detida pela Oman Oil Company SAOC (conforme comunicado da REN de 25 de maio de 2012). Esta aquisição foi realizada pelo preço global de 205.056.000€.

³ Esta participação inclui: (i) a participação igualmente qualificada detida pela Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A., equivalente a 52.871.340 ações, correspondente a 9,9% do capital social e dos direitos de voto na REN; (ii) as participações imputáveis à Caixa Geral de Depósitos, S.A., que totalizam 6.118.772 ações (equivalentes a uma participação direta de 6.007.771 ações, 27 detidas pelo Fundo Pensões Pessoal CGD e 110.974 detidas pela Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.).

⁴ Anteriormente denominada Logoplaste Gestão e Consultoria Financeira, S.A.

⁵ A participação qualificada da EGF, Gestão e Consultoria Financeira, S.A. (EGF) compreende (i) 33.999.783 ações detidas diretamente pela EGF, (ii) 10.933.393 ações detidas pela Logo Finance, S.A., sociedade integralmente detida pela EGF, (iv) 86.000 ações detidas, direta e indiretamente, pelo Dr. Filipe Maurício de Botton, Presidente do Conselho de Administração da EGF e (v) 490 ações detidas, direta e indiretamente, pelo Dr. Alexandre Carlos de Mello, Vogal do Conselho de Administração da EGF. Os direitos de voto inerentes às ações da REN detidas pela EGF são igualmente imputáveis à sociedade Nikky Investments, S.A., detentora da totalidade do capital da EGF e ao Dr. Filipe Maurício de Botton, detentor do controlo da sociedade Nikky Investments, S.A.

⁶ A EDP - Energias de Portugal, S.A. detém 18.690.000 ações diretamente e 8.017.335 ações indiretamente através da EDP Pension Fund, sociedade em relação de grupo com a EDP.

⁷ A presente participação qualificada da Gestmin, SGPS, S.A. compreende (i) 31.046.951 ações detidas directamente e (ii) 280.000 ações detidas pelo Sr. Manuel Carlos de Melo Champalimaud, enquanto acionista maioritário daquela sociedade e Presidente do Conselho de Administração.

⁸ A presente participação qualificada é ainda imputável à Columbia Management Investment Advisers LLC e à Ameriprise Financial Inc, por força das relações de domínio existentes.

Deste modo, nos termos do disposto no artigo 20.º do Cód.VM, com referência a 30 de junho de 2013, as participações qualificadas de acionistas a que sejam imputáveis direitos de voto correspondentes a, pelo menos, 2% dos direitos de voto inerentes ao capital social da REN são as seguintes:

	N. Ações	% Voto
State Grid	133.500.000	25,0%
Oman Oil	80.100.000	15,0%
Estado Português	58.985.604	11,0%
EGF - GCF, S.A.	45.019.666	8,4%
Gestmin, SGPS, S.A.	31.326.951	5,8%
J.P. Morgan Chase & Co.	28.152.643	5,2%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	26.700.000	5,0%
Oliren, SGPS, S.A.	26.700.000	5,0%
Red Eléctrica Corporación, S.A.	26.700.000	5,0%
Columbia Wanger	10.703.317	2,0%

Após a venda de 40% do capital social da REN à State Grid International Development Limited (25%) e à Oman Oil Corporation (15%), por via da Parpública, SGPS, S.A. e no âmbito do processo da 2.ª fase de reprivatização da REN, os direitos de voto inerentes ao capital social da REN imputáveis ao Estado Português correspondem agora a 11,0%, em virtude das relações de domínio total sobre a Parpública e a CGD.

4.3 Valores mobiliários detidos por titulares dos órgãos sociais [Alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008]

Comissão de Auditoria

Comissão de Auditoria	Aquisições	Onerações	Alienações	N.º Ações a 30.06.2013
José Luís Alvim Marinho	-	-	-	0 (zero)
José Frederico Vieira Jordão	-	-	-	0 (zero)
Emílio Rui Vilar	-	-	-	0 (zero)

Conselho de Administração conforme composição em 30.06.2013

Conselho de Administração	Aquisições	Onerações	Alienações	N.º Ações a 30.06.2013
Rui Manuel Janes Cartaxo	-	-	-	19.162 ¹
Gonçalo Morais Soares	-	-	-	0 (zero)
João Caetano Faria Carreira Conceição	-	-	-	500
Guangchao Zhu – Em representação da State Grid International Development Limited	133.500.000	-	-	133.500.000 ²
Hilal Ali Saif Al-Kharusi	-	-	-	-
Aníbal Durães dos Santos - Indicado pela Parública - Participações Públicas (SGPS), S.A.	-	-	-	10.250 ³
Filipe Maurício de Botton – Indicado pela EGF – Gestão e Consultoria Financeira, S.A.	-	-	-	45.019.666 ⁴

¹ Compreende (i) 18.672 ações detidas diretamente e (ii) 490 ações detidas pelo cônjuge.

² O Sr. Dr. Guangchao Zhu é Presidente, CEO e membro do Conselho de Administração da State Grid International Development Limited e Administrador da State Grid Europe Limited, que detem uma participação qualificada correspondente a 133.500.000 ações da REN.

³ Compreende as seguintes ações: (i) 10.000 ações detidas diretamente e (ii) 250 ações detidas pelo cônjuge

⁴ Compreende as seguintes ações imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC: (i) 33.999.783 ações detidas diretamente pela EGF, (ii) 10.933.393 ações detidas pela Logo Finance, S.A., sociedade integralmente detida pela EGF, (iv) 86.000 ações detidas, direta e indiretamente, pelo Dr. Filipe Maurício de Botton, Presidente do Conselho de Administração da EGF e (v) 490 ações detidas, direta e indiretamente, pelo Dr. Alexandre Carlos de Mello, Vogal do Conselho de Administração da EGF

Conselho de Administração	Aquisições	Onerações	Alienações	N.º Ações a 30.06.2013
Manuel Carlos de Melo Champalimaud - Indicado pela Gestmin, SGPS, S.A.	35.700	-	-	31.326.951 ¹
Mengrong Cheng	-	-	-	0 (zero)
Haibin Wan	-	-	-	0 (zero)
José Folgado Blanco - Indicado pela Red Eléctrica Corporación, S.A.	-	-	-	26.700.000 ²
José Luís Arnaut	-	-	-	0 (zero)

A 30 de junho de 2013, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da REN detinham as seguintes obrigações emitidas pela REN:

Conselho de Administração	Aquisições	Onerações	Alienações	N.º Obrigações a 30.06.2013
Rui Manuel Janes Cartaxo	-	-	-	1

¹ Compreende 280.000 ações detidas diretamente e 31.046.951 ações detidas pela acionista Gestmin SGPS, S.A., as quais, em virtude do exercício da função de Presidente do órgão de administração dessa sociedade e da detenção da maioria do respetivo capital social, lhe são imputáveis.

² Corresponde às ações detidas pela Red Eléctrica Corporación, S.A., as quais são imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC, em virtude do exercício de Presidente do órgão de administração dessa sociedade

Durante o 1.º semestre de 2013, a REN foi informada de que o Administrador Manuel Champalimaud, Vogal do Conselho de Administração da REN, realizou as seguintes transações relativamente a ações da REN, relevantes para efeitos do artigo 14.º do Regulamento 5/2008 da CMVM:

Tipo de transação	Local	Quant.	Preço	Data da transação
Compra	Euronext Lisbon	40	€ 2,324	19-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,329	19-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,329	19-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,329	19-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	187	€ 2,328	19-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,324	19-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,329	19-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,329	19-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,324	19-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,324	19-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	220	€ 2,326	19-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	400	€ 2,324	19-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	400	€ 2,328	19-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	513	€ 2,328	19-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	600	€ 2,328	19-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	10	€ 2,325	20-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	60	€ 2,330	20-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	144	€ 2,325	20-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	156	€ 2,325	20-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,330	20-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	487	€ 2,330	20-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,325	20-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,311	20-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	1.210	€ 2,330	20-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	2.172	€ 2,322	20-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	25.000	€ 2,330	20-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	7	€ 2,314	21-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,314	21-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,314	21-Fev-13
Compra	Euronext Lisbon	534	€ 2,314	21-Fev-13

4.4 Relatório de revisão limitada elaborado por auditor registado na CMVM sobre a informação semestral consolidada

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2013 da REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”), incluída: no Relatório de Gestão, na Demonstração Consolidada da Posição Financeira (que evidencia um activo total de 4.934.830 milhares de Euros e um capital próprio de 1.024.362 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido consolidado no montante de 64.052 milhares de Euros), nas Demonstrações Consolidadas dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, posteriormente ajustadas, no âmbito do processo de consolidação, para estarem de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu rendimento integral.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira consolidada, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira semestral consolidada.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2013 referida no parágrafo 1 acima da REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34), e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 31 de Julho de 2013

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

4.5 Relatório e parecer da Comissão de Auditoria sobre informação semestral consolidada (do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013)

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas, a Comissão de Auditoria, durante o primeiro semestre de 2013, acompanhou a evolução da actividade da REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. e empresas participadas, zelou pela observância da lei, regulamentos e contrato de sociedade, supervisionou o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e fiscalizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, a eficácia dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos, bem como a independência e actividade do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

A Comissão de Auditoria examinou a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do semestre findo em 30 de Junho de 2013 da REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira (que evidencia um activo total de 4.934.830 milhares de Euros e capital próprio de 1.024.362 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido consolidado no montante de 64.052 milhares de Euros), nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data e no correspondente Anexo.

A Comissão de Auditoria analisou igualmente o Relatório de Revisão Limitada sobre a referida informação semestral consolidada elaborado pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o qual mereceu o seu acordo.

Face ao exposto, a Comissão de Auditoria é de opinião que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013 está de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 31 de Julho de 2013

José Luís Alvim Marinho

José Frederico Jordão

Emílio Rui Vilar

4.6 Contactos

Sendo política da REN facilitar o acesso direto às diversas entidades corporativas do Grupo, são divulgados abaixo os respetivos endereços eletrónicos:

Direção Relações com o Investidor

Ana Fernandes - Diretora
ana.fernandes@ren.pt

Alexandra Martins
alexandra.martins@ren.pt

Telma Mendes
telma.mendes@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
Relações com o Investidor
Avenida dos Estados Unidos da América, 55
1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 46
Telefax: 21 001 31 50
[E-mail: ir@ren.pt](mailto:ir@ren.pt)

Direção Comunicação e Sustentabilidade

Margarida Ferreirinha
margarida.ferreirinha@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
Direção Comunicação e Sustentabilidade
Avenida dos Estados Unidos da América, 55
1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 00
Telefax: 21 001 31 50
[E-mail: comunicacao@ren.pt](mailto:comunicacao@ren.pt)